

13 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Presidente do TRE-SP viaja em 1/3 dos dias de trabalho

Mário Devienne Ferraz fez mais viagens do que os dois  
antecessores juntos



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,

Mário Devienne Ferraz

**Presidente do  
TRE passa mais  
de 30% dos dias  
úteis fora de SP**

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, desembargador Mário Devienne Ferraz, passou mais de 30% dos dias úteis em viagens oficiais. De janeiro à primeira semana de novembro, ficou 63 dias fora da capital.

Devienne, com mais viagens que seus dois antecessores juntos, afirma que acumula cargos e que seu trabalho está em dia.

**Ele afirma que atua  
como representante  
de entidade nacional e  
que seu trabalho no  
tribunal está em dia**

**CONTINUA**

13 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

JOSÉ MARQUES  
DE SÃO PAULO

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, desembargador Mário Devienne Ferraz, passou quase um terço dos dias úteis do Judiciário este ano em viagens oficiais, que são custeadas por diárias emitidas pela corte.

De janeiro até a primeira semana de novembro, foram 63 dias úteis (mais de 30%) em que ele esteve fora da capital, aponta levantamento feito pela **Folha** com informações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do “Diário Oficial”.

Esse levantamento não levou em conta o período de recesso do Judiciário, que acontece em dezembro e janeiro — ou seja, a porcentagem pode ser considerada maior.

Neste ano, o segundo e último de Devienne à frente do tribunal, ele já viajou em mais dias úteis que os seus dois antecessores, Alceu Penteadó Navarro (2012-2013) e Antônio Carlos Mathias Coltro (2014-2015), juntos.

Procurado, o presidente do TRE-SP informou à **Folha** que sua gestão é diferente das anteriores, porque ele acumula cargos como o de diretor da Escola Judiciária Eleitoral Paulista e de representante do Sudeste do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciais Eleitorais.

Também afirma que seu trabalho está em dia tanto no TRE-SP quanto no Tribunal de Justiça, onde preside a primeira câmara criminal.

Frequentemente, Devienne viajou a capitais de mais de uma região do Brasil.

Fez isso, até agora, em seis meses diferentes este ano. Só em junho, esteve no Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Ele embarcou numa quarta, dia 7, para evento em João Pessoa (PB). Na segunda, 12, foi a solenidade em Curitiba. Voltou a São Paulo e, na segunda seguinte, 19, viajou a Brasília e emendou ida à capital de Minas. Com quatro assessores, a viagem a João Pessoa custou R\$ 13 mil.

Em 2016, ano em que assumiu a presidência do TRE e organizou as eleições municipais no Estado, Devienne viajou em 35 dias úteis.

Desde então, até este mês, visitou metade das capitais brasileiras e duas de outros países da América Latina.

O custo das viagens varia. Uma diária do presidente custa R\$ 700, mas pode ser acrescida de despesas de deslocamento. Ele também pode pedir meia diária, caso não fique o dia inteiro fora.

No caso de Devienne, sem contar os acompanhantes, foram gastos R\$ 48 mil este ano. Com os auxiliares, o valor de janeiro a novembro sobe para mais de R\$ 100 mil.

### TROCA DE COMANDO

Os presidentes anteriores do TRE-SP, Alceu Navarro e Mathias Coltro, priorizavam, com poucas exceções, as viagens a Brasília. Além do Distrito Federal, Navarro esteve em Manaus, Recife, Belém e também no México.

Já Coltro foi a Ribeirão Preto (a 313 km de SP) e Teresina.

Devienne também vai mais à capital federal (foram 14 viagens este ano), mas divide com as idas a outros lugares.

Internacionalmente, já foi à Argentina e ao México, acompanhar eleições locais.

Na maioria das vezes, viajou a eventos como posses, solenidades, congressos ou encontros.

Também voou a Ribeirão Preto para presenciar a troca de comando do policiamento. Segundo ele, o objetivo foi presenciar a posse do coronel Washington Luiz Gonçalves Pestana, que “prestou relevantes serviços como assessor militar no TRE e também no TJ”, visitar “as instalações dos cartórios eleitorais do município” e se reunir com juízes eleitorais.

Devienne ainda foi à Câmara duas vezes para tratar de um projeto de lei que cria cargos efetivos, comissionados e funções comissionadas para o tribunal.

O custo é de R\$ 2,9 milhões, mas ele afirma que há uma defasagem na quantidade de servidores em relação aos 33 milhões de eleitores do Estado. Também diz que há previsão na Lei Orçamentária Anual para implantação desses cargos.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 NOV 2017

## TR-AIR

Presidente do TRE-SP, Mário Devienne Ferraz, viajou em quase 1/3 dos dias úteis de 2017 (até 6.nov)

Onde esteve em 2017



200

É o número de dias úteis da Justiça de SP em 2017, até 6.nov

62 dias Devienne Ferraz viajou

## CUSTOS, EM R\$ MIL

Diárias do presidente no período

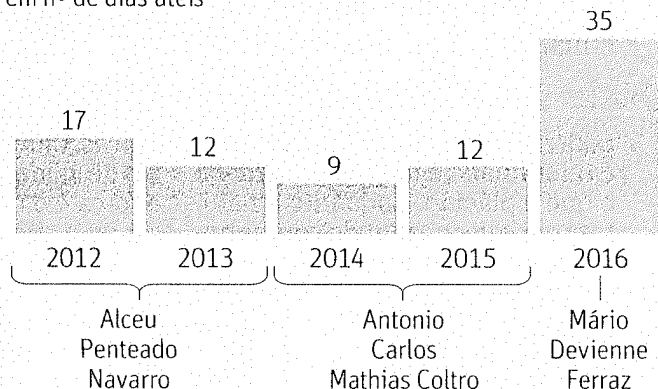
45,8

Diárias do presidente e comitiva (assessores e magistrados)

88,0

## OUTRAS VIAGENS

Como viajaram os presidentes em anos anteriores, em nº de dias úteis



## OUTRO LADO

### Área passa por reestruturação, diz chefe do TRE

O presidente do TRE de São Paulo, Mário Devienne Ferraz, afirma que, por causa do acúmulo de cargos, participou de congressos e reuniões de governança em diferentes Estados do país. Ele foi eleito, em 2016, presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Eleitorais.

“Neste ano, fomos pautados pela reforma política e o rezonamento das zonas eleitorais em todo o país. Por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvemos um grande trabalho para a reestruturação da primeira instância da Justiça Eleitoral, que demandou esforços de todos os tribunais e vários encontros para discussão.”

Devienne diz que vai às posses para representar o Colégio de Presidentes e o TRE-SP e aproveita “para estreitar o relacionamento com outros representantes do Judiciário, trocando informações”.

“Quando as posses ocorrem em Brasília, utilizo também o tempo despendido para encontros no TSE, a fim de tratar de assuntos de interesse da Justiça Eleitoral.”

Questionado se as viagens são produtivas para a corte, ele diz que são “para o Judiciário como um todo”.

Em relação ao acompanhamento de assessores nas viagens, informou que, como o tribunal paulista é o maior, é natural que o assessoramento para agilizar os trabalhos.

Devienne diz que não há “vácuo de poder” porque as viagens tratam de assuntos de interesse da Justiça Eleitoral e as novas tecnologias permitem que “mesmo à distância, o administrador possa cumprir” obrigações”.

# FOLHA DE S. PAULO

ALESSANDRA GROFINO

## Carta aos 18

Admitamos que criminalizar  
o aborto venha, em vocês,  
de uma vontade sincera  
de proteção da vida

13 NOV 2017

**NA SEMANA** passada, em comissão, vocês votaram pela constitucionalidade de uma lei que proíbe o aborto em caso de estupro. E eu tentei entender a posição de vocês.

Porque conheço muita gente inteligente que tem dificuldades em admitir a possibilidade do aborto. Porque tem algo de muito bonito nesse encontro entre um espermatozoide e um óvulo, esse evento que sela o DNA de uma pessoa que virá —única, jamais passível de ser repetida, um potencial indivíduo dentre bilhões de possibilidades.

Eu entendo que essa potência, esse destino selado dentro do útero, emocione e gere a vontade sincera de proteção.

Mas existe uma distância longa entre aquilo que condenamos moralmente e o que deve ser criminalizado. E essa possibilidade, essa vida por vir, para tornar-se vida, depende integralmente de outra pessoa, de outro corpo, e esse corpo pode não suportar doar-se, sem fim, desse jeito, nesse mundo que parece preocupar-se mais com os não-nascidos do que com os nascidos.

Criminalizar não significa condenar. Significa dizer que toda mulher que faz um aborto deveria ser presa. Por homicídio. E aí fica muito mais difícil entender a posição de vocês. Presa? Uma em cada cinco mulheres brasileiras. Presa? Uma mãe de família que já tem 3 filhos para sustentar, mas um dia tem um acidente ou não pode dizer não ao seu marido. Presa? Uma adolescente, depois de ceder às muitas pressões da idade, que não sabe como criar uma criança. Presa?

Mas admitamos que vocês te-

nham razão. Admitamos que a criminalização venha, em vocês, de uma vontade sincera de proteger a vida e de implicar a força repressiva e punitiva do Estado nesse esforço, porque essa força é tudo o que vocês conhecem. Tem uma situação que certamente seria dolorosa pra vocês. Uma situação na qual essa vontade de proteger seria ainda importante, ainda coerente, mas nunca motivo de alegria: a situação de uma mulher, ou menina, que engravida como consequência de estupro.

Eu entenderia que vocês sentissem a obrigação de proteger o que afirmam ser vida mesmo nos casos em que a mulher tenha engravidado ao sofrer uma violência indizível. Eu compreendo a lógica que vocês poderiam ter usado para tomar essa decisão, ainda que discorde dela. Mas eu não consigo entender que ela seja acompanhada de alegria. E eu vi. Eu vi vocês, no Congresso, depois de votar pela constitucionalidade da PEC 181, cantando, batendo palmas, com sorrisos no rosto e palavras de ordem. 18 homens felizes. Felizes ao imaginar uma menina de 16 anos, estuprada pelo pai, que faz um aborto por não suportar doar-se para o fruto dessa violência, e que vai presa. Estupro. Aborto. PRESA.

Vocês não estavam com o pesar, a formalidade e a dor de quem toma uma decisão difícil porque busca sinceramente coerência em meio a um mundo tão absurdamente injusto. Vocês estavam contentes.

Porque, pra vocês, nunca foi sobre vida. Nunca foi sobre o milagre. Foi sobre essa sede de poder que le-

va vocês a querer aparecer e angariar capital político em cima da dor dos outros. Do corpo dos outros. Simplificando complexidades e estrangendo o país.

O sorriso de vocês é a face mais vil do ser humano. O prazer que vocês sentem não tem nada a ver com moralidade. É, antes, a prova de que são perversos, sórdidos e estúpidos. Suas mães, deputados, devem estar arrependidas do esforço descomunal envolvido em colocar vocês no mundo.

13 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Na onda da Lava Jato, policiais federais planejam se candidatar em 18 Estados

Um dos que pensam em concorrer em 2018 é o agente conhecido como 'Lenhador da Federal'; 'Japonês' também pode disputar

WÁLTER NUNES  
DE SÃO PAULO

A fotografia do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) caminhando com o semblante preocupado em direção ao avião que o levaria para Curitiba, em 19 de outubro de 2016, pode ser o registro em imagem da morte da sua carreira política.

Graças a uma decisão do juiz federal Sergio Moro, o ex-deputado trocaria naquele momento os gabinetes de Brasília por uma cela de cadeia do Paraná.

Um passo atrás aparece no retrato o agente da Polícia Federal Lucas Valença. A pinta de galã despertou curiosidade.

O coque amarrado no topo da cabeça, no estilo samurai, e a barba cerrada renderam os apelidos de Lenhador da Federal e Hipster da Federal —estrangeirismo inglês que define a pessoa que inventa moda. A cena no aeroporto da capital pode ser a certidão de nascimento da sua carreira política. O hipster pensa em ser deputado.

Assim como Valença, cerca de 30 agentes e delegados da PF pretendem se aventurar nas eleições de 2018.

A Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), que representa todas as carreiras da PF, já contabilizou 24 pré-candidatos ligados à instituição em 18 Estados. A **Folha** encontrou outros que não estão na lista da federação.

Curiosamente é o Paraná, berço da Lava Jato, o Estado que vai ter o maior número de concorrentes policiais federais. Até agora cinco delegados e agentes já manifestaram a intenção de concorrer. Se depender da federação, a lista ainda vai aumentar.

Os sindicalistas tentam convencer Newton Ishii, que ficou célebre como o "Japonês da Federal", a competir por uma vaga na Câmara. Como Ishii foi condenado em última instância por facilitação ao contrabando, a entidade consultou dois escritórios especializados em legislação eleitoral para saber se ele seria enquadrado na Lei da Ficha Limpa.

Segundo os advogados, até o início da campanha ele já terá cumprido toda a pena e estaria livre para tentar carreira em Brasília. O agente, no entanto, resiste à ideia.

Sem o Japonês da Federal na disputa, nenhum outro candidato terá trabalhado diretamente na Lava Jato. Isso não quer dizer que a operação não vá ser tema de campanha.

O delegado e deputado federal Fernando Francischini (SD-PR), pretende concorrer ao Senado. O mote de sua propaganda? "A minha defesa da PF e da Lava Jato no mandato é meu maior patrimônio", diz Francischini.

O eleitor de 2018 terá passado quatro anos assistindo aos policiais da Lava Jato prendendo magnatas por corrupção. O efeito é duplo: fomenta o descrédito na classe

política e turbina a reputação da polícia. Equação perfeita para os candidatos da PF.

"As operações de combate à corrupção, principalmente a Lava Jato, deram visibilidade e prestígio para a Polícia Federal. É uma vantagem para um concorrente se associar a uma das instituições com maior credibilidade no país no momento", diz o cientista político Marco Antônio Carvalho Teixeira, professor da FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas).

Pesquisa do Ibope apontou que entre 20 entidades, a PF foi apontada como a terceira mais confiável, atrás apenas da igreja e dos bombeiros.

Cientes disso, candidatos buscam explicitar a ligação com o órgão. Boa parte usará o cargo antes do nome. Nas urnas haverá Delegado Francischini, Delegado Gastão e Delegado Federal Mikalovski.

**CONTINUA**

13 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### **BANCADA DA BALA**

O sucesso das candidaturas de policiais deve significar o aumento da bancada da bala no Congresso. A maior parte deles comunga da ideia de que é preciso facilitar o acesso do cidadão às armas de fogo.

Um expoente desse pensamento é o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), filho do pré candidato à Presidência Jair Bolsonaro, que repete a exatidão que “bandido só respeita o cidadão armado”. A proposta de reduzir maioria penal também anima a maioria dos policiais.

Apesar da afinidade com essas pautas, não há um partido que concentre esses candidatos. O leque das legendas escolhidas pelos policiais é amplo e inclui siglas atingidas em cheio pela Lava Jato.

O agente André Salineiro elegeu-se vereador de Campo Grande (MS) e agora cogita tentar vaga na Assembleia. Nas redes sociais posa heroico, de braços cruzados, vestindo a camisa preta da PF. Na vida política, porém, a camisa que veste é a do PSDB, ainda presidido pelo mineiro Aécio Neves, conhecido alvo dos policiais da Lava Jato.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

13 NOV 2017

## NOVOS TEMPOS

O Itamaraty está criando uma cartilha e comissões internas para tentar evitar casos de assédio moral e sexual em embaixadas, consulados e outros órgãos. O tema preocupa o ministro, que recentemente se viu às voltas com mais uma denúncia envolvendo diplomatas.

### TEMPO

O caso, sob investigação, atinge o embaixador João Carlos Souza-Gomes, que atuava como chefe da delegação do Brasil junto à FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), em Roma. Ele foi afastado temporariamente do cargo na sexta (10).

Procurado, o diplomata não quis se manifestar.

### BRIGADA

O Itamaraty decidiu criar uma comissão de prevenção e enfrentamento do assédio moral e sexual e de discriminação. Ela será composta por representantes da administração e de entidades de classe dos diplomatas e servidores. Terá também membros dos comitês de raça e gênero e de deficiência do ministério.

## PAINEL

**Na mira** Torquato Jardim (Justiça) é o novo alvo de fogo amigo. Palacianos passaram a sugerir a Temer que “desisdrate” a pasta caso o ministro não peça para sair.

**No forno** Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, liberou a denúncia contra o governador Fernando Pimentel (MG), citado na delação da Odebrecht, para a pauta do dia 29.

12 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Cármem evita pautar prisão após 2ª instância

### Presidente do STF não deve pôr em discussão revisão da polêmica medida neste ano

LETÍCIA CASADO  
DE BRASÍLIA

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármem Lúcia, não vai pautar neste ano nenhuma ação que leve à retomada da discussão sobre prisão após condenação em segunda instância, apurou a **Folha**.

Duas ações sob a relatoria do ministro Marco Aurélio estão em fase de instrução processual e ainda não foram liberadas para a pauta.

Mesmo que esta etapa seja finalizada a tempo de os casos irem a plenário em 2017, Cármem Lúcia não vai incluí-los na agenda da corte.

Existe a possibilidade de o Supremo discutir o assunto por iniciativa de outro integrante da corte. Bastaria um ministro aproveitar um pedido de habeas corpus, incluir o tema e mandar o caso para ser discutido em plenário. Ainda assim, caberia à presidente pautar a discussão.

Bastaria um ministro aproveitar um pedido de liberdade provisória (habeas corpus) para levantar o debate sobre a execução provisória da pena.

No entanto, a **Folha** apurou que nenhum ministro está disposto a levar o assunto à pauta desta maneira.

Em 2016, o Supremo decidiu que a sentença deveria começar a ser cumprida depois que um tribunal referendasse a decisão de primeira instância.

Nos bastidores, comenta-se que Cármem Lúcia tem a intenção de manter o tema distante do plenário até o fim de seu mandato, em setembro, para evitar uma mudança na jurisprudência recente formada pelo Supremo Tribunal Federal.

Um dos temas mais polêmicos para a corte, a discussão pode esbarrar em uma eventual candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Planalto na eleição de 2018.

Pré-candidato à Presidência, Lula foi condenado em julho em primeira instância na Lava Jato, pelo juiz Sergio Moro, do Paraná.

A sentença determina que ele cumpra 9 anos e 6 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP). Ele também foi proibido de ocupar cargo público por sete anos.

Lula recorreu ao TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). A média de tempo do colegiado para analisar recurso da Lava Jato é de um ano.

O processo chegou em agosto. Assim, às vésperas da próxima eleição presidencial, a situação pode ainda estar indefinida.

Mesmo que o tribunal mantenha a condenação de Lula, o ex-presidente pode recorrer aos tribunais superiores e pedir liminar para suspender os efeitos da condenação e da inelegibilidade.

A avaliação interna no Supremo é que qualquer cenário de condenação de Lula em segundo grau — ainda que ele consiga uma liminar para concorrer à eleição — vai pressionar a corte a discutir novamente a decisão sobre execução provisória da pena.

#### REVISÃO

Em conversas reservadas, ministros dizem que, caso o TRF-4 mantenha a condenação, será difícil evitar uma nova discussão sobre o tema.

A tendência, afirmam, é que a jurisprudência seja alterada se o Supremo voltar a debater o tema: o condenado poderá responder em liberdade até ter recurso analisado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O julgamento de 2016 formou a jurisprudência com placar apertado.

Seis ministros votaram a favor da execução provisória da pena: Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Cármem Lúcia.

Cinco foram contra e defenderam que o réu recorra em liberdade até julgado o último recurso: Rosa Weber, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Celso de Mello.

A nova composição da corte e eventuais mudanças de posição de ministros podem alterar o resultado.

Gilmar alterou seu entendimento e passou a conceder habeas corpus a condenados em segundo grau. Rosa tenderia a votar a favor da prisão, com o argumento de que uma corte não deve alterar jurisprudência recente, segundo pessoas a par do assunto.

Alexandre de Moraes, que assumiu a cadeira de Teori, morto em acidente aéreo em janeiro, disse em sua sabatina no Senado que a prisão após condenação em segunda instância “não é inconstitucional”.



12 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Temer e Gilmar cometeram 'desvarios', diz ex-procurador

Em e-mail a colega, Miller, pivô da crise em torno da delação da JBS, se defende

**Acusado de atuar pela empresa quando estava na PGR, ele diz que não deu dinheiro 'nem para guarda de trânsito'**

**CAMILA MATTOSO  
RANIER BRAGON  
DE BRASÍLIA**

O ex-procurador Marcelo Miller afirmou em um e-mail para um colega que Michel Temer e Gilmar Mendes têm cometido "desvarios" ao falar de sua participação nas negociações da delação premiada da JBS.

Na mensagem, Miller ainda rebateu outras acusações que vem sofrendo e disse que "jamais deu dinheiro para agente público", nem para um "guarda de trânsito".

O presidente da República e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) afirmam em linhas gerais que o ex-procurador foi um dos principais responsáveis pela colaboração dos executivos da empresa, que eles consideram ter sido montada com produção ilegal de provas.

Miller é suspeito de ter advogado para a JBS quando ainda tinha cargo no Ministério Público Federal.

Por esse motivo, em setembro, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot pediu a suspensão de benefícios para delatores.

A **Folha** teve acesso à mensagem de Miller, que está nos arquivos secretos da

CPI da JBS. A comissão quebrou o sigilo do e-mail do ex-procurador.

"A despeito dos desvarios do Temer e do Gilmar, nunca, obviamente, atuei dos dois lados (no meu tempo da Lava Jato, não havia nada de JBS por lá; eu deixei o GT [grupo de trabalho da Lava Jato] em julho do ano passado e, depois de sair, não discuti nada sobre esse caso com a Lava Jato, e sim —mesmo assim levemente— com a FT Greenfield [força-tarefa que investiga fraudes em fundos de pensão], na PRDF [Procuradoria da República do Distrito Federal], onde nunca atuei, nem sequer como itinerante", escreveu o ex-procurador.

O e-mail foi enviado para um amigo, em agosto, que lhe pediu dicas de leitura sobre compliance [sistema interno de controle para coibir, identificar e também punir eventuais atos de corrupção que venham a ser praticados por funcionários].

O tema é uma de suas especialidades. Após fazer as sugestões, ele se explicou ao colega mesmo sem ter sido perguntado, em um "PS" (post scriptum).

"Jamais dei dinheiro para agente público algum, seja o guarda de trânsito, seja o procurador-geral da República. Tudo isso é verificável e você, ou qualquer outro ex-colega pode tirar qualquer dúvida comigo, diretamente. Não hesite em ligar."

O segundo trecho da mensagem responde a acusações feitas por Michel Temer.

Em discurso no fim de junho, o presidente insinuou que Janot recebeu dinheiro por meio de Miller na delação premiada da JBS.

"Talvez os milhões de honorários recebidos não fossem apenas ao assessor de confiança [Miller], mas eu tenho responsabilidade e não farei ilações. Tenho a mais absoluta convicção de que não posso denunciar sem provas", afirmou o peemedebista na ocasião.

## SOFRIMENTO

Gilmar, por sua vez, disse já algumas vezes que Janot "escamoteava" a participação de Miller nas negociações da delação de Joesley Batista.

Em outros e-mails obtidos pela **Folha**, Miller escreve estar sofrendo com a situação.

"É com alegria e gratidão que recebo sua mensagem, nunca imaginei estar enfrentando o que estou tendo que enfrentar, é sempre bom ouvir alguém com sua acuidade", escreveu o ex-procurador, ao responder a um dos amigos que lhe enviaram palavras de solidariedade —ele tem recebido uma série de mensagens de apoio.

Em e-mail de 20 de setembro, por exemplo, um colega lhe oferece ajuda.

**CONTINUA**

12 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

“Escrevo para saber como você está e se precisa de algo que eu possa ajudar”.

O ex-procurador agradece, diz que vai ligar de volta e afirma: “Estou —dentro do possível— bem”.

Até hoje Miller não deu entrevista e só tem se manifestado por meio de sua assessoria de imprensa.

A quebra do sigilo ainda mostra que ele tem se dedicado a escrever a defesa para as investigações de que é alvo —no Ministério Público, na Polícia Federal e na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

O presidente Michel Temer não quis se manifestar. O ministro Gilmar Mendes não respondeu.

12 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Investigação sobre Renan deve ser arquivada

**Inquérito, um dos 15 abertos contra o senador no STF, tem como base a delação de um entregador de dinheiro**

**Doleiro Youssef, que teria dado a ordem de entregar R\$ 1 milhão para o político negou essa informação**

REYNALDO TUROLLO JR.

RUBENS VALENTE

DE BRASÍLIA

Depois de o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitar em outubro denúncia contra Renan Calheiros (PMDB-AL) por falta de provas, outra investigação sobre o senador na Lava Jato caminha para o arquivamento, como indica petição da Polícia Federal ao relator, ministro Edson Fachin.

O inquérito, um dos 15 no STF que têm Renan como alvo, foi aberto com base na delação de Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará, que fazia entregas de dinheiro para o doleiro Alberto Youssef, também delator na Lava Jato.

Instaurada em março de 2016 a pedido do então procurador-geral, Rodrigo Janot, a investigação apura declarações de Ceará de que ouviu Youssef dizer que iria pagar R\$ 2 milhões para Renan impedir a CPI da Petrobras.

Ceará também disse que no início de 2014, a mando de Youssef, foi buscar R\$ 1 milhão no Recife para entregar, em duas ocasiões, a um homem em um hotel em Maceió (AL). Segundo Ceará, Youssef lhe disse “em alto e bom som: ‘O dinheiro era para Renan’”.

“Em que pese nestes autos já se terem realizado as mais diversas diligências, estas

ainda não foram suficientes ao apontamento de suficientes indícios de autoria e materialidade do delito investigado”, escreveu a PF no final de setembro, após quase um ano e meio de investigações.

Pela quarta vez, a polícia pediu ao relator Fachin mais tempo para concluir o inquérito —ainda não há decisão.

Antes da abertura do inquérito, Youssef confirmou que mandou Ceará entregar R\$ 1 milhão em Maceió —segundo ele, a pedido da construtora OAS—, mas negou ter dito que o dinheiro era para Renan, pois não sabia quem era o destinatário.

À época, Janot entendeu que as declarações de Ceará eram “ricas em detalhes” e haviam sido, “ainda que parcialmente, confirmadas por Alberto Youssef”. O então relator da Lava Jato no Supremo, Teori Zavascki, deferiu a abertura do inquérito para investigar os supostos crimes de corrupção e lavagem.

## ACAREAÇÃO

No curso do inquérito, a PF ouviu novamente Ceará e Youssef. Ambos mantiveram o que haviam dito em suas delações. Em julho de 2016, a PF fez uma acareação entre os dois e, novamente, ambos sustentaram seus relatos.

Youssef disse que “não se recorda de ter dito que os valores tinham como destinatário Renan Calheiros” e acrescentou que apenas fazia remessas a Alagoas “por determinação de terceiros”.

Questionado, o doleiro afirmou que ouviu dizer que

o senador tinha um operador, o empresário Milton Lyra, tido como lobista em Brasília.

Como Ceará disse desconhecer a identidade do homem que recebeu o dinheiro no hotel em Maceió, a PF lhe mostrou uma foto de Lyra. O entregador, então, disse que havia “90% de chance de se tratar da pessoa que recebeu os valores no hotel Meliá”.

Em agosto de 2016, a PF tomou depoimento de Lyra. Ele confirmou ser amigo de Renan, mas negou manter negócios com o senador e contestou a informação de que recebeu dinheiro no hotel.

No mês seguinte, a polícia fez uma acareação entre Lyra e Ceará. Ao encontrar o empresário pessoalmente, o entregador voltou atrás e disse que nunca o havia visto.

A PF também analisou trocas de mensagens entre Ceará e Youssef, mas não localizou menções à entrega em Maceió. Requisitou a lista de hóspedes do hotel em 2013 e 2014, mas não identificou quem recebeu o dinheiro. Inquiriu Léo Pinheiro, da OAS, mas ele ficou em silêncio.

Questionada sobre o caso, a PF informou, via assessoria, que não se manifesta sobre investigações em curso.

Para a defesa de Renan, essa é “mais uma investigação baseada exclusivamente em palavras de delatores”.

Do total de 18 inquéritos sobre Renan na Lava Jato e seus desdobramentos, dois já foram arquivados e um teve denúncia rejeitada.

12 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

# 'Mapa' mostra TRF-4 mais duro que Moro

## Análise de votos de desembargadores de segunda instância da Lava Jato revela uma corte relativamente coesa

PEDRO FERNANDO NERY  
ESPECIAL PARA A FOLHA

Na ciência política americana, é comum o uso de modelos espaciais. Estes se baseiam em um histórico de votações e criam um "mapa" dos votantes.

Sintetizam a informação de dezenas ou centenas de votações em um único gráfico.

Nestes gráficos, são estimados pontos ideais que representam cada membro de um colegiado (um parlamentar, um juiz) e que permitem reproduzir divergências ocorridas no passado. Em muitos Legislativos um resultado é a visualização de como parlamentares se dividem no espectro esquerda-direita.

Esta metodologia pode ser aplicada também no Judiciário, para mapear as divergências entre juízes.

É possível, por exemplo, fazer este exercício para os desembargadores da 8ª Turma do Tribunal de Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), responsável por revisar as decisões da Lava Jato do juiz Sergio Moro —como a relativa à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O gráfico resultado do modelo espacial apresenta a dispersão entre desembargadores de acordo com as dezenas de divergências ocorridas em julgamentos em um determinado período. Cada desembargador recebe um ponto no espaço (um círculo variando de -1 a 1 nos eixos horizontal e vertical).

Entre as infinitas possibilidades de alocar estes pontos no espaço, o estimador apresenta aquela que melhor reproduz as divergências na amostra de votações.

Assim, quanto mais os votos de um desembargador A tiver coincido com os votos de um desembargador B, mais próximos eles estarão no espaço. Igualmente, quanto mais divergências um votante possui com outro, mais distante eles estarão.

Por exemplo, aplicado ao mensalão, um modelo espacial coloca em pontos opostos os ministros Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, uma divisão intuitiva quando relembramos os embates transmitidos pela TV naquele julgamento.

### 8ª TURMA

No caso da 8ª Turma do TRF-4, utilizamos 95 votações no ano de 2017, até meados de agosto, em casos da Operação Lava Jato.

Estimamos os pontos baseados nos votos dos desembargadores João Pedro Gebran, Leandro Paulsen e Victor Laus, que compõem a turma, bem como nas decisões do juiz Moro e nos pareceres do Ministério Público Federal.

A estimativa reproduz corretamente 98% dos "votos" da amostra da forma que ocorreram nas "votações", ou 495 de 507 posicionamentos.

Em uma primeira dimensão, capturada pelo eixo horizontal, há em um extremo o Ministério Público Federal

e em outro extremo o conjunto dos recorrentes (aqueles que recorrem ao TRF-4: embargantes, apelantes, impetrantes, pacientes, etc.).

Há relativa coesão dos desembargadores, que se alinham mais com a acusação do que com a defesa, sendo Laus o mais próximo dos recorrentes.

Em uma segunda dimensão, capturada pelo eixo vertical, o espectro acusação-defesa dá lugar a outro.

Há uma razoável distância entre MPF e Moro, com a maioria dos desembargadores se aproximando mais daquele do que deste. Há também nesta segunda dimensão uma dispersão maior das coordenadas dos desembargadores.

Em especial, há um afastamento de Gebran, que aparece como o desembargador mais distante de Moro, mas que também possui distância relevante do MPF: na amostra, observa-se Gebran discordando de Moro, às vezes de acordo com o MPF, às vezes de acordo com os recorrentes.

Outro fato de interesse é que Paulsen aparece como o votante mediano, entre Gebran e Laus, em ambas as dimensões. Na literatura, há grande interesse pelo votante mediano, já que é ele que compõe a maioria com maior frequência e é vencedor na maior parte das vezes. Este seria, portanto, o desembargador "decisivo".

**CONTINUA**

12 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### CONCLUSÃO

A aplicação de modelos espaciais parece promissora no Judiciário brasileiro.

A análise das votações da 8ª turma do TRF-4 no ano de 2017 no âmbito da Operação Lava Jato mostra que o colegiado é: relativamente coeso, sem grande dispersão entre os seus membros; mais próximo do MPF do que dos recorrentes; e ainda mais próximo do MPF do que de Moro, sugerindo uma segunda instância com decisões ainda mais duras do que a primeira.

Ainda, o modelo aponta que o desembargador mais próximo dos recorrentes é Laus; o menos “mórista”, ou seja, mais distante de Moro, é Gebran; o mediano é Paulsen, que tende a ser o voto decisivo do tribunal.

O veloz avanço recente de métodos estatísticos para captura e análise de informações, bem como a maior disponibilidade de informações dos tribunais, podem permitir o avanço de análises como a deste artigo no país e melhor compreensão da academia, da sociedade e dos operadores do Direito sobre os tribunais brasileiros.

PEDRO FERNANDO NERY é bacharel e mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Vencedor do Edgardo Buscaglia Award on Empirical Research in Law and Economics, conferido pela Associação Latino Americana e Ibérica de Direito e Economia (ALACDE)

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 12 NOV 2017

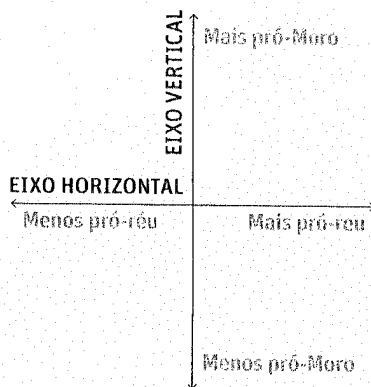
### O MAPA DOS RECURSOS NA LAVA-JATO

Modelo identifica a tendência dos juízes de 2ª instância que julgam recursos às decisões de Sérgio Moro

#### ENTENDA

➤ O “mapa” resume os posicionamentos dos juízes de 2ª instância em casos da Operação Lava-Jato

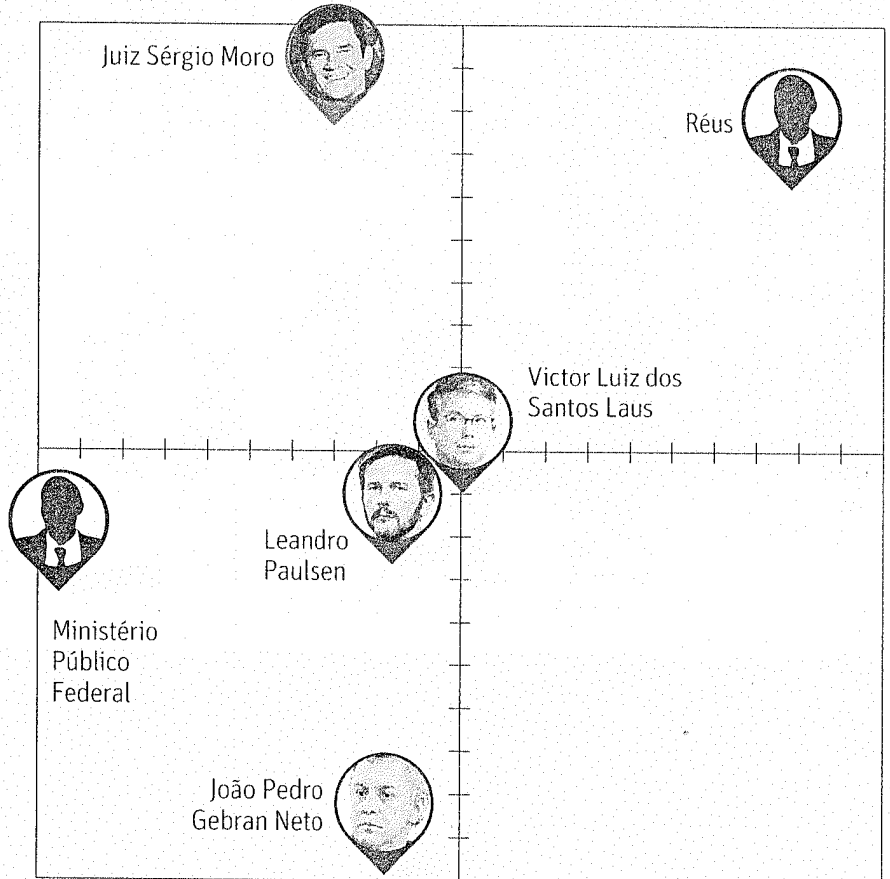
➤ Cada votação de um recurso gera uma posição no eixo horizontal (mais ou menos pró-réu) e uma posição no eixo vertical (mais ou menos pró-Moro)



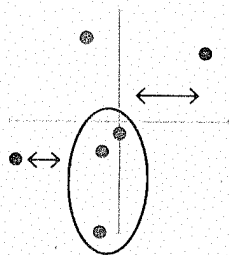
➤ A média dos posicionamentos em 95 as votações da Lava-Jato (até ago.2017) determina a posição final do gráfico ao lado

#### O MODELO APLICADO À 8ª TURMA DO TRF4

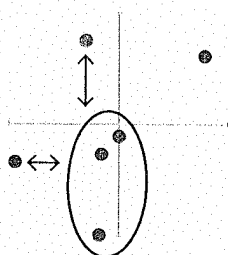
- 1ª instância
- 2ª instância (analisa recursos às decisões da 1ª)



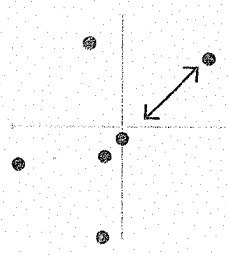
#### O QUE O MAPA MOSTRA



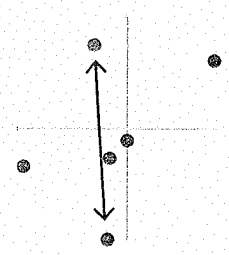
O colegiado é relativamente coeso, sem grande dispersão entre os seus membros. É mais próximo do MPF do que dos réus



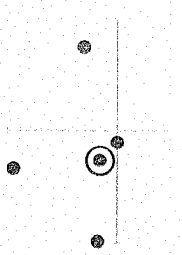
O colegiado como um todo é ainda mais próximo do MPF do que de Moro – o que sugere uma 2ª instância com decisões ainda mais duras do que a 1ª



O desembargador mais próximo dos réus é Laus



O desembargador mais distante de Moro é Gebran, às vezes a favor da apelação do MPF, às vezes dos réus



O desembargador mediano é Paulsen, que tende a ser o voto decisivo do Tribunal

1 2 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Mulher de Cabral pode ir à prisão onde ele está

### Cadeia no Rio passou a receber também detentas com diploma universitário

ITALO NOGUEIRA  
DO RIO

A Cadeia Pública José Frederico Marques, que abriga o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB), sofreu nova mudança.

Após a reforma para abrigar o peemedebista e outros presos com nível superior completo, a unidade passou a receber também as detentas com diploma universitário.

A mudança, ocorrida há um mês, permitiria que a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo, atualmente em prisão domiciliar, ficasse detida na mesma cadeia que o marido numa eventual nova prisão.

Até outubro, as presas de nível superior ficavam numa galeria em separado na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, unidade feminina do Complexo Penitenciário de Gericinó.

As demais alas eram usadas pelas detentas sem diploma.

De acordo com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, a mudança ocorreu para aproveitar um espaço ocioso na cadeia de Benfica, onde está Cabral. No local estão, atualmente, oito presas com ensino superior — a capacidade é para 26 mulheres.

A unidade se tornou, assim, a primeira prisão mista do Rio. A galeria feminina de Benfica fica no terceiro andar da cadeia. Cabral está no segundo.

Apesar da distância, o fato de os dois estarem na mesma unidade permite que homens e mulheres se encontrem no pátio. Cabral e Ancelmo gozaram desse benefício em Gericinó.

#### FILHOS

A ex-primeira-dama ficou presa por três meses e meio, mas foi autorizada pelo juiz Marcelo Bretas a cumprir a medida em casa.

O magistrado se apoiou em lei que diz que presas que aguardam julgamento e são mães de filhos menores de 12 anos têm prioridade pela prisão domiciliar — o casal tem um de 11.

Uma nova prisão da ex-primeira-dama só ocorreria caso fatos novos indicassem interferência nas investigações ou se for condenada em segunda instância.

Ancelmo foi condenada a 18 anos e 3 meses de prisão por Bretas e absolvida pelo juiz Sérgio Moro.

Os dois casos estão sob análise de TRFs (Tribunais Regionais Federais). Ela é ré em outros três processos no Rio de Janeiro.

Cabral já acumula 72 anos de pena em três sentenças da Justiça Federal, sendo réu em outras 13 ações penais.

A cadeia de Benfica já havia passado por reformas para receber o ex-governador peemedebista e outros presos com ensino superior.

12 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Ex-chefe de corte tem elo familiar com Gilmar

DE BRASÍLIA

Ex-presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, Domingos Filho tem uma relação familiar com o ministro do STF Gilmar Mendes, que votou em sessão da corte pela reabertura do órgão, extinto por decisão da Assembleia do Estado.

A sessão do Supremo, em outubro, ficou marcada por uma discussão ríspida entre Gilmar e o ministro Luís Roberto Barroso. Gilmar foi voto vencido na ocasião.

Em março de 2016, Livia Feitosa, sobrinha da mulher do ministro, Guiomar, casou-se com o deputado Domingos Neto (PSD-CE), filho do presidente do extinto tribunal. Gilmar foi um dos convidados da festa em Fortaleza. Posou para foto com outro tio da noiva, Chiquinho Feitosa, irmão de Guiomar e empresário do setor de ônibus, além de político.

A relação entre Gilmar e Chiquinho foi apontada por procuradores no Rio como um dos motivos pelos quais o ministro deveria se declarar suspeito e impedido de julgar casos relacionados a Jacob Barata Filho, o “rei do ônibus” no Estado. Os empresários são sócios em uma companhia de viação.

Uma emenda feita à Constituição do Estado do

Ceará extinguiu o Tribunal de Contas dos Municípios.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil recorreu ao Supremo. A maioria já estava formada quando Gilmar votou. Dos 7 ministros antes dele, 6 acompanharam o relator, Marco Aurélio Mello.

Para a maioria, não havia elementos probatórios suficientes que comprovassem desvio de poder da Assembleia Legislativa do Estado.

Durante o julgamento Barroso disse a Gilmar: “Não transfira para mim esta parceria que Vossa Excelência tem com a leniência em relação à criminalidade do colarinho branco”.

O ataque foi reação à insinuação de que Barroso havia soltado o petista José Dirceu. “Não sou advogado de bandidos internacionais”, rebateu Gilmar, fazendo referência a Cesare Battisti, para quem Barroso advogou no passado.

A assessoria de Gilmar disse não haver impedimento pois, ao julgar esse tipo de ação, o STF decide a validade de uma lei em relação ao texto constitucional, discutindo a lei “em abstrato, em tese”.

“Por isso, as regras de impedimento são ainda mais estritas do que a dos Código de Processo Civil. O voto conduziu-se de forma imparcial, em favor da manutenção de um órgão de controle, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.” (LETÍCIA CASADO E CAMILA MATTOSO)



12 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Sementes do parlamentarismo

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Convenço-me de que bons resultados deste governo decorrem de seus moldes parlamentares, em que nada se impõe e tudo se discute

De 1962 a 1964, presidi, em São Paulo, o diretório metropolitano do Partido Libertador, única agremiação política que ostensivamente defendia o parlamentarismo, à época.

Com o advento do Ato Institucional nº 2, em 1965, abandonei a política, decisão da qual nunca me arrependi, pois todos os partidos foram extintos, criando-se dois conglomerados (MDB e Arena) sob a tutela do Executivo.

Das 20 maiores democracias do mundo, 19 são parlamentares, e só os Estados Unidos adotaram o sistema presidencialista.

Tais considerações preliminares, eu as faço para analisar o atual momento do cenário político brasileiro. O presidente da República ostenta uma impopularidade superior à de sua antecessora, apesar de não haver movimentos de rua de expressão, ao contrário das manifestações de milhões de pessoas contra a presidente Dilma Rousseff.

O Congresso tem seus membros investigados ou denunciados em número elevado. Inúmeros burocratas, políticos sem cargos e empresários estão presos. A Suprema Corte invade competências legislativas, e seus membros digladiam-se em debates pouco republicanos. O Ministério Público pensa ser um poder e não, como manda a Constituição, somente uma função essencial à administração da Justiça, idêntica à da advocacia. E a imprensa mantém, numa obsessão policial, suas manchetes com escândalos verdadeiros ou forjados.

O ambiente, portanto, seria de descompasso, que deveria agravar a crise deixada pelos governos anteriores, cuja inflação beirava 12%, o desemprego acentuava-se mês a mês, os juros estavam elevadíssimos, o PIB caía assustadoramente,

os investimentos desapareciam, a Petrobras estava em estado pré-falimentar e um monumental esquema de corrupção era desventrado, principalmente por ação da Polícia Federal e do juiz Sergio Moro.

O curioso é que, apesar de um Congresso acuado e de um presidente impopular, o Brasil recupera-se, de forma surpreendente para analistas econômicos, intelectuais e jornalistas.

O PIB cresce, a inflação cai abaixo da média programada, assim como os juros, a Petrobras volta a ser uma empresa de expressão, a exploração do petróleo é destravada com leilões, o teto dos gastos públicos foi obtido, a reforma trabalhista moderniza o país, o desemprego diminui, e a recessão, por índices internacionais de medição, acabou, esperando-se que o país cresça, em 2018, de forma consistente, nada obstante ser ano eleitoral.

Estou convencido de que tais resultados decorrem de ser o governo atual um governo de moldes parlamentares, baseado no diálogo entre Executivo e Legislativo, em que nada se impõe, como nos governos anteriores, e tudo se discute.

À evidência estamos longe do parlamentarismo, com voto de desconfiança no caso de incompetência de primeiros-ministros, dissolução do Congresso nas instabilidades congressuais, separação do chefe de governo e do chefe de Estado, burocracia profissionalizada, banco central com mais autonomia e outros mecanismos que fazem com que o sistema criado na Inglaterra em 1689 perdure até hoje como melhor que o presidencialismo.

Temos, todavia, que admitir que esse diálogo, nem sempre fácil, tem sido a marca deste governo. Se conseguirmos que os poderes voltem a ser harmônicos e independentes, sem protagonismos e invasões de competências, penso que, nada obstante as dificuldades pela frente, poderemos estar a caminho de um sistema que, na história do Brasil, foi o mais duradouro: adotado em 1847, perdurou até 1889, quando Deodoro, pensando ter derrubado o Gabinete Ouro Preto, veio a saber que proclamara a República.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

12 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**Movediço** Manifesto do Clube Militar critica a divisão no Supremo Tribunal Federal e diz que as divergências na corte “provocam o descrédito na firmeza e na imparcialidade das sentenças, pondo em risco a segurança jurídica, um dos fundamentos do Estado democrático de Direito”.

**Seu lado** O texto, intitulado “Supremos”, diz que há hoje o “STF e o STF do B”. “As duas turmas de ministros atuam como dois tribunais, muitas vezes antagônicos.”

**Roleta russa** “Os acusados esforçam-se para serem julgados pela turma que, muito provavelmente, lhes será favorável. A decisão por 6 a 5, uma raridade histórica, tem sido cada vez mais comum”, diz o manifesto assinado pelo general da reserva Clovis Purper Bandeira.

12 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

ANTONIO PRATA

# Os direitos do imbecil

**NO SÁBADO**, dia 4, o **STF** derrubou o item 14.9.4 do Enem, que previa nota zero nas redações cujo teor desrespeitasse os direitos humanos. Com a decisão, o STF garantiu ao imbecil, na prova do dia seguinte, seu direito à imbecilidade —e, por mais triste que seja, me parece ter sido o correto.

O imbecil também é gente e se quiser defender a volta das crucificações, a instalação de um pato guilhotina diante da Fiesp ou a indicação do Alexandre Frota para o Ministério da Educação, não cabe ao Estado calá-lo, mas a todos os não imbecis rebatê-lo racionalmente.

Além da questão ética há uma outra, estratégica, para que deixemos os imbecis espalharem aos quatro ventos o vento de suas cabeças ocas: o cretino com voz é apenas um cretino, mas o cretino censurado se transforma num mártir da liberdade de expressão. Se permitirmos que se comuniquem, há grandes chances de os patetas tropeçarem nos próprios cadarços, como os que protestaram diante do Sesc contra a filósofa Judith Butler, brandindo crucifixos, ateando fogo a uma boneca e gritando “Queimem a bruxa!”. Basta calarmos o bufão, no entanto, e ele vira um herói das liberdades individuais numa cruzada contra a tirania do Estado, repetindo cacões de Thoreau copiados do Facebook e aspas do Mises pinçadas do Twitter.

Para o discurso delirante dos nossos Teletubbies alt-right, nada é melhor do que o falso papel de oprimido. E, surpreendentemente, nos últimos anos, eles têm conseguido ganhar o público nesse papel. No país em que a polícia tortura sistematicamente, executa suspeitos e promove chacinas, os paranoicos performáticos do Escola Sem Partido conseguem convencer boa parte da opinião pública de que ir contra os direitos humanos é desafiar

Há uma razão estratégica para que deixemos que espalhem aos quatro ventos o vento de suas cabeças ocas

o establishment. Nunca é demais lembrar que São Paulo elegeu para deputado estadual o Coronel Ubiratã, comandante do massacre do Carandiru. Mais de 50 mil pessoas digitaram na urna o seu número, 111, o mesmo número de cadáveres que seus homens deixaram no presídio. Achar ousado ser politicamente incorreto neste cenário é mais ou menos como, no Coliseu, crer-se subversivo por torcer pelo leão.

Dilma foi impeachada, Michel Temer está no poder, as bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia, se quiserem, em troca de apoio, fazem o presidente dançar “Despacito”, de fio dental, no espelho d’água do Planalto, mas os Beavis & Buttheads do conservadorismo continuam se defendendo da esquerda opositora.

Nesta quarta (8), uma comissão da Câmara aprovou, por 18 votos (todos homens) contra um (mulher), a proibição do aborto mesmo em caso de estupro. Serão esses parlamentares influenciados pela poderosíssima “ideologia de gênero” que os carolas do Sesc combatiam com cruces e chamas? Terão estes senhores sido vítimas do complô de doutrinação comunista que o Escola Sem Partido luta tanto para derrubar?

No domingo passado (5), enquanto 6 milhões de adolescentes faziam o Enem, com o aval do STF para se manifestarem contra os direitos humanos, Luan Nogueira, de 14 anos, saiu de casa para comprar biscoito, em Santo André, e foi morto por um PM com um tiro no pescoço. Sua mãe, impedida pela polícia de se aproximar do corpo, coberto por um saco plástico, reconheceu o filho pela sola do sapato. Sem dúvida, precisamos urgentemente lutar pelas liberdades individuais contra a tirania do Estado, mas será que é combatendo os direitos humanos?

12 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Masp para todos

Uma nota técnica do Ministério Público Federal e a subsequente decisão do Masp de rever a proibição da mostra “Histórias da Sexualidade” para menores de 18 anos, mesmo se acompanhados pelos pais, injetaram bom senso na controvérsia sobre a classificação etária de eventos culturais.

O veto, inédito na história do museu, foi adotado diante de circunstâncias incomuns que induziram seus dirigentes a preferir errar por excesso de conservadorismo.

Semanas antes da inauguração da exposição, ganhava corpo no país uma onda de pressões de movimentos conservadores contra o que entendiam ser uma espécie de abuso moral das artes em temas relativos à sexualidade.

Seria ocioso lembrar, não fosse o atual ambiente de polarização política, que é prerrogativa constitucional de qualquer cidadão, entidade ou grupo expressar livremente suas crenças e opiniões.

Nem por isso se justificam tentativas de silenciar pela intimidação a voz da qual se discorda — como infelizmente tem se verificado tanto à direita quanto à esquerda do espectro ideológico.

Os protestos começaram com ataques à mostra “Queermuseu”, que acabou cancelada por iniciativa da instituição que a abrigava

em Porto Alegre; também o Museu de Arte do Rio (MAR) acabou desistindo do mesmo evento.

Tais recuos deram aos manifestantes ânimo redobrado para prosseguir em sua ofensiva.

Foi nesse ambiente hostil que o Museu de Arte de São Paulo se viu às vésperas de inaugurar sua “Histórias da Sexualidade”, prevista havia anos. A opção pelo veto, segundo a instituição, veio após uma consulta jurídica e se baseou no artigo 8 da portaria 368 (de 2014) do Ministério da Justiça.

O texto sugere a impossibilidade de os pais autorizarem o acesso de seus filhos a obras não recomendadas a menores de 18 anos.

No entanto, a norma, apesar de estar em vigor, suscita dúvidas consideráveis quanto a sua compatibilidade com a Constituição de 1988 — que, nesse aspecto, não pode ser considerada iliberal.

A Carta elimina a censura, recusa a tutela do Estado e estabelece que a classificação etária é apenas indicativa, cabendo aos pais decidirem se os filhos devem ou não, por eles acompanhados, assistir a este ou àquele espetáculo.

Em boa hora, a nota técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão reforçou a leitura mais sensata da legislação com argumentos fartos e convincentes.

1 1 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## STJ rejeita pedido para afastar o governador do RN

**Solicitação contra Robinson Faria (PSD) foi feita pela Procuradoria-Geral da República, sob acusação de obstrução de justiça.**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) rejeitou o pedido da Procuradoria-Geral da República para afastar do cargo o governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria (PSD).

Na decisão publicada nesta sexta-feira (10), o ministro Raul Araújo também negou outras medidas cautelares solicitadas pelo Ministério Público Federal.

Além do afastamento do cargo, a Procuradoria pediu que o governador fosse proibido entrar na sede do governo estadual e na Assembleia, além de manter contato com outros investigados.

No despacho, o ministro defendeu “prudência” na aplicação de medidas cautelares penais, sobretudo em relação ao governador, que “foi guindado a tal posto pelo voto popular”. A decisão ainda terá que ser referendada pelos 15 ministros da Corte Especial do STJ.

O governador Robinson Faria foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República em setembro deste ano sob acusação de obstrução de justiça. A denúncia, contudo, ainda não foi acatada ou rejeitada pelos ministros do STJ. Caso seja acatada, o governador se tornará réu.

A denúncia teve como base a Operação Anteros, da Polícia Federal, que investigou a tentativa de obstrução a investigação de um esquema de desvio de recursos na Assembleia.

Realizada em agosto deste ano, a ação é um desdobramento da Operação Dama de Espadas e teve o governador como alvo de busca e apreensão. Faria foi presidente do Legislativo estadual por quatro biênios, de 2003 a 2010.

A operação investiga o suposto desvio de recursos do Legislativo por meio de funcionários fantasmas na folha de pagamento, de 2006 a 2011.

1 1 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Advogados recuam da proposta de criar instituto

## Defensores queriam entidade para defender garantias do direito de defesa

O motivo da desistência foi a repercussão negativa da iniciativa, vista como retaliação à operação Lava Jato

WALTER NUNES  
DE SÃO PAULO

A ideia de criar um instituto para defender advogados de ataques contra as prerrogativas, que são as garantias legais que asseguram o direito de defesa, não sairá do papel, pelo menos por enquanto. Uma reunião na segunda-feira (6) reuniu 20 defensores, em São Paulo, para discutir o assunto.

Havia planos para que fossem apresentadas medidas concretas, como o esboço de um estatuto, mas ficou decidido que não era hora de avançar no assunto.

O motivo do recuo foi a repercussão negativa da iniciativa. No sábado (4) a **Folha** publicou reportagem revelando que haveria o encontro e que a proposta de uma instituição seria discutida.

O texto reproduzia críticas de advogados a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Iasp (Instituto dos Advogados de SP), que não estariam se empenhando na defesa dos profissionais contra ataques ao exercício da profissão.

As entidades reagiram. O presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, divulgou nota afirmando que a entidade tem atuado em defesa das

prerrogativas profissionais e contra os abusos cometidos contra a advocacia.

O Iasp, também em nota, disse que não se omite ou compactua com ataques contra as garantias constitucionais da ampla defesa.

O fato de a discussão ser capitaneada por advogados com clientes da Lava Jato também gerou críticas de que a iniciativa tinha como objetivo retaliar a investigação.

Apesar da rejeição, os advogados consideraram que a notícia produziu o efeito de sinalizar para as entidades oficiais que a categoria está descontente.

No dia seguinte à publicação da reportagem da **Folha** a OAB publicou em sua página um texto com o título: "As ações da OAB em defesa das garantias individuais e das prerrogativas da advocacia", onde enumera iniciativas da entidade em relação ao tema.

Participaram do encontro na segunda, entre outros, Alberto Toron, que defende Aécio Neves e Dilma Rousseff, Marco Aurélio Carvalho, sócio do ex-ministro José Eduardo Cardozo, e Cristiano Zanin, advogado do ex-presidente Lula. A reunião foi no escritório de Fábio Tofic, que defende Guido Mantega e João Santana e preside o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).

gativas ganhou novo impulso. O desembargador João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), negou pedido da defesa do ex-presidente Lula para que fossem destruídos urgentemente os arquivos de conversas gravadas no principal ramal do escritório dos defensores do petista.

No ano passado, o juiz Sergio Moro autorizou a interceptação telefônica no escritório dos advogados.

Os diálogos entre advogado e cliente são protegidos por sigilo profissional. O caso foi o estopim dos debates para a criação do instituto de defesa das prerrogativas.

Na época a decisão de Moro foi contestada pelo ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal), morto em janeiro.

Moro justificou-se dizendo que a Procuradoria havia informado que o telefone pertenceria à empresa de palestras de Lula, embora a companhia telefônica tenha avisado o juiz sobre o verdadeiro dono da linha.

O juiz também disse que as conversas só não foram destruídas porque foram enviadas ao Supremo junto de conversas de Lula com a presidente Dilma Rousseff.

**CONTINUA**

### QUEBRA DE SIGILO

Na quarta-feira (8) a discussão sobre a defesa das prerro-

1 1 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Após a petista perder o foro privilegiado as gravações voltaram para Moro, mas o material não foi destruído.

Os advogados de Lula apontam que as conversas interceptadas ficaram à disposição de outros advogados.

A defesa do ex-presidente solicitou a Moro a destruição dos áudios, mas não foi atendida. Ela recorreu ao tribunal, mas Gebran não viu urgência para decidir o tema.

A OAB ingressou no ano passado com ação no STF solicitando a destruição de todo material. Já o Iasp não se manifestou em defesa dos advogados de Lula.

1 1 NOV 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça barra projeto de Doria para privatizar autódromo de Interlagos

DE SÃO PAULO - O vereador Mário Covas Neto (PSDB) recorreu à Justiça e conseguiu uma liminar que interrompe o processo de privatização do autódromo de Interlagos, em São Paulo.

O parlamentar argumenta que o projeto de lei, aprovado em primeira votação na quarta-feira (8), não seguiu os trâ-

mites obrigatórios na Câmara Municipal. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ele diz que a legalidade do projeto precisaria ter sido avaliada pelo órgão.

Em nota, o presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), disse ter segurança quanto a legalidade da aprovação do projeto.

### Ao menos um preso morre durante rebelião em presídio no Paraná

DE SÃO PAULO, DE CURITIBA - Ao menos um detento morreu e um agente penitenciário ficou ferido em uma rebelião de mais de 24 horas na Penitenciária Estadual de Cascavel (a 521 km de Curitiba), segundo a Secretaria de Administração Penitenciária. Suspeita-se que mais um preso tenha morrido.

Três agentes foram feitos reféns, e dois continuavam rendidos nesta sexta (10). Ao longo do dia, segundo a pasta, 270 detentos foram transferidos. Em nota, o Departamento Penitenciário disse que os presos não fizeram exigências e apuração preliminar aponta para uma briga entre facções.

### PAINEL

**Sede ao pote** O TSE discute vetar o uso de recursos do fundo partidário para o custeio de campanhas. Como o Congresso criou uma reserva bilionária exclusiva para o financiamento eleitoral na reforma política deste ano, há quem questione permitir o uso das duas fontes de receita.

**Armadilha** A corte eleitoral vai promover audiências públicas para definir regras para outro modelo de financiamento que passará a ser aceito no ano que vem: o crowdfunding, conhecido como vaquinha virtual.

**Mora o perigo** “O problema é saber de onde vem o dinheiro e para onde ele vai. Na linha do que o presidente do TSE pensa [o ministro Gilmar Mendes], isso pode proliferar a atuação do crime organizado”, diz o ministro Admar Gonzaga.



1 1 NOV 2017

# FOLHA DE S. PAULO

DEMÉTRIO MAGNOLI

## William e o 'homem novo'

### Waack pode ser sacrificado pela fome das redes

William Waack proferiu o mais antigo dos abomináveis gracejos racistas. A frase veio a público e ele se desculpou, mas corre o risco de ser arremessado ao mundo dos mortos. A fome insaciável das redes sociais, Minotauro pós-moderno, exige o sacrifício ritual de figuras públicas.

**FALANDO EM** público, Luís Roberto Barroso qualificou Joaquim Barbosa como “um negro de primeira linha”. Desculpou-se, depois, pela óbvia conotação preconceituosa do diagnóstico — e, felizmente, segue no mundo dos vivos.

William Waack proferiu, em comentário privado, o mais antigo dos abomináveis gracejos racistas. A frase veio a público e ele desculpou-se — mas corre o risco de ser arremessado ao mundo dos mortos.

O minotauro da lenda alimentava-se de jovens virgens. A fome insaciável das Redes Sociais, minotauro pós-moderno, exige o sacrifício ritual de figuras públicas.

Um clamor de indignação legítima nasce da janela que se abriu para um abismo interior de Waack. O jornalista admirado expeliu lixo. Somos todos, de alguma forma, lixeiras de séculos de violência, exclusão e preconceito. As pessoas decentes estão indignadas pois enxergaram, em lugar inesperado, um sedimento profundo da história humana: o metal pesado, contaminante, do nosso desamor. Mas, se decentes realmente são, os indignados devem resistir à sedução do linchamento, outro metal pesado da tabela periódica da nossa barbárie.

A fome insaciável das Redes Sociais, minotauro pós-moderno, exige o sacrifício ritual de figuras públicas

O detentor do vídeo incriminatório guardou-o durante um ano inteiro, como quem protege um tesouro, antes de propiciar sua divulgação, um gesto derivado do cálculo, não da exasperação. As valiosas imagens e sons podem ter servido à chantagem ou ao comércio, antes de se prestarem à “cruzada da virtude” que está em curso.

No labirinto das Redes Sociais, o clamor de indignação legítima dissolve-se numa onda avassaladora de condenação terminal fabricada pela “guerrilha da informação”. Waack precisa perecer pelo que diz e escreve em público: por suas opiniões políticas moderadas e suas matizadas interpretações históricas.

Troca-se a difícil tarefa de confrontar intelectualmente o “inimigo” por uma alternativa tão fácil quanto eficiente: suprimi-lo manipulando oportunisticamente o consenso civilizado de repúdio ao preconceito racial. Os hipócritas investem na decência dos decentes, em busca de uma finalidade indecente.

O gracejo idiota de Waack deu-se na hora do triunfo eleitoral de Trump, um fanfarrão sem escrúpulos, grosseiro, malcriado e preconceituoso. A figura que crismou os imigrantes mexicanos como esturpadores substituiu Obama, um líder íntegro, sofisticado, capaz de oferecer lições inesquecíveis de empatia humana.

“Coisa de preto”, “coisa de branco”? A cor da pele nada tem a ver com isso, como Waack sabe perfeitamente. A frase emitida na esfera privada pode ser horrível (e é!), mas não equivale a uma sentença proferida na arena pública. Não se

tem notícia de uma manifestação política racista ou um gesto de injúria racial do jornalista. Imolá-lo em cena aberta não nos limpa ou purifica — e só aplaca temporariamente a sede de sangue do minotauro virtual.

A URSS stalinista, a Alemanha nazista, a China maoísta, o Camboja de Pol Pot e a Cuba castrista estabeleceram o objetivo de criar o “homem novo”. Os sistemas totalitários almejavam retificar não apenas o comportamento, mas a mente dos indivíduos, moldando-a segundo suas normas ideológicas. A escola, a propaganda, a prisão, a tortura e o campo de trabalhos forçados eram os instrumentos da pedagogia social.

Por sorte, todas essas tentativas fracassaram. Homens (e mulheres) “velhos”, empapados de fraquezas e preconceitos, seguem constituindo as sociedades. São eles (nós) os alvos dos vigilantes das Redes Sociais, tão compreensivos com discursos políticos odiosos, nem sempre severos com atos criminosos, mas implacáveis com desvios privados puramente verbais.

Já aprendemos algo com o triste episódio de Waack. Não precisamos condená-lo ao submundo, empobrecendo ainda mais nosso paupérrimo debate público, apenas para alimentar o minotauro.

11 NOV 2017  
12 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Cercada de dúvidas e expectativa, reforma trabalhista entra em vigor

**Nova legislação pode desafogar a Justiça do Trabalho, que recebe 11 mil novas ações por dia; aplicabilidade da nova lei opõe juizes**

Guilherme Marconi

Reportagem Local

**A** reforma trabalhista entra em vigor neste sábado (11), altera regras da legislação atual e traz novas definições sobre pontos como férias e jornada de trabalho. Entre as principais mudanças da nova legislação está a autorização para que acordos coletivos se sobreponham à lei, em temas como jornada de trabalho, banco de horas e intervalo intrajornada. Foram criadas ainda duas modalidades de contratação: trabalho intermitente (por jornada ou hora de serviço) e o teletrabalho, chamado home office (trabalho a distância).

Nessa sexta-feira (10), entidades representantes dos trabalhadores fizeram mobilizações nas principais capitais do País, incluindo a Boca Maldita em Curitiba e o Calçadão em Londrina, contra a implementação da nova legislação trabalhista, que ainda desperta dúvidas e incertezas entre sindicalistas e trabalhadores. A mani-

festação foi também contrária à Reforma da Previdência que tramita no Congresso. No Judiciário, também há divergências sobre aplicabilidade da nova lei (leia mais nesta edição).

Mesmo com a lei em vigor, o governo deve cumprir sua promessa e encaminhar ao Congresso na segunda-feira (13) ajustes na nova legislação. Entre eles, o que impede empresas de demitir trabalhadores para recontratá-los por contrato de trabalho intermitente num prazo de 18 meses. Outra alteração busca proteger grávidas e lactantes de trabalharem em ambientes que ofereçam risco à saúde das mulheres e bebês.

A forma dos ajustes ainda está em discussão no Palácio do Planalto. A promessa feita a senadores era editá-los por meio de medida provisória, mas o governo avalia a possibilidade de optar por um projeto de lei por causa da reação negativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao excesso de MPs editadas pelo presidente Michel Temer.

## JUDICIÁRIO

O juiz Marlos Melek, do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) do Paraná e um dos redatores no novo texto da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), defende que a nova legislação foi pensada para racionalizar o sistema judicial. "Hoje são 11 mil novas ações trabalhistas por dia que afogam as 1.400 varas do trabalho", aponta ele. Para Melek, a reforma traz liberdade, segurança jurídica e simplificação de normas.

O magistrado acredita que, nesse primeiro momento, que cada juiz irá aplicar a lei com "independência" e "responsabilidade" e de acordo com sua consciência. "Agora, negar a lei está fora da responsabilidade institucional de um magistrado", ressaltou. Ele também prevê que o Justiça do Trabalho irá passar por um período de transição de pelo menos dois anos e que as jurisprudências serão definidas no prazo de cinco anos pelos tribunais. "São muitas mudanças no ordenamento jurídico, e é claro que essas mudanças geram estresse, mas esse período para o mundo do Direito não é um período longo."

**CONTINUA**

1 1 NOV 2017

1 2 NOV 2017

## FOLHA DE LONDRINA

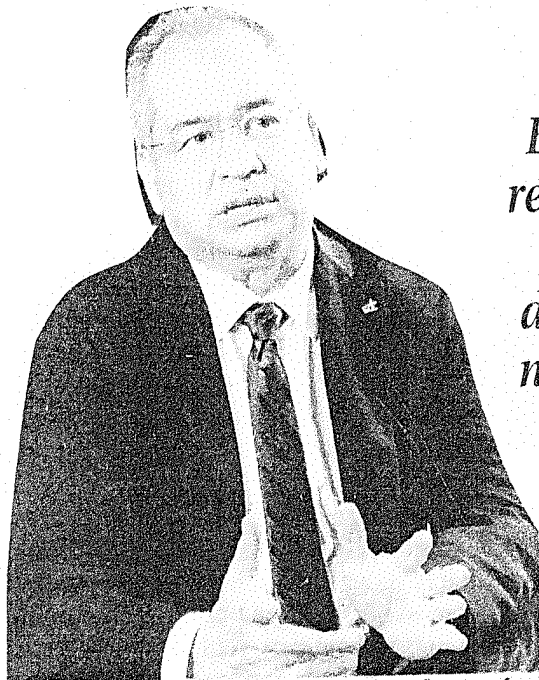
### CONTINUAÇÃO

Ao todo, são 117 artigos alterados da CLT, além de 209 normas de outros dispositivos de leis correlatas à lei trabalhista.

Ao final desse processo, o juiz lembra que a palavra final será do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre aplicação da nova lei trabalhista. "Certamente, o STF deve julgar, com prioridade, as ações diretas de inconstitucionalidade que vão surgir nesse caminho, o que vai dar muita segurança jurídica para o Brasil, sendo pelo sim ou pelo não." (Com agências).

**CONTINUA**

## 'Não há rebelião dos juízes do Trabalho'



“*Esta foi uma reforma muito ampla; a discussão das novas regras é essencial*”

“*A justiça trabalhista brasileira não pode ser uma loteria*”

*“A reforma será aplicada no que não confrontar com outras normas, como a Constituição”, garante o juiz da Vara do Trabalho de Rolândia, Paulo Boal*

Loriane Comeli  
Reportagem Local

A imprensa nacional deu destaque, nas últimas semanas, à polêmica envolvendo a reforma trabalhista e a posição crítica de parte dos juízes trabalhistas em relação às novas regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O entendimento geral da grande mídia e de sites especializados é de que a categoria não iria seguir o novo texto legal. A suposta posição de rebeldia levou alguns deputados a afirmarem que protocolariam uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para extinguir a Justiça do Trabalho, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, onde as causas trabalhistas são julgadas na Justiça Comum.

Porém, o juiz da Vara do Trabalho de Rolândia (Região Me-

tropolitana de Londrina), Paulo da Cunha Boal, que é diretor de Assuntos Legislativos na Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), sustenta que “não há rebelião” entre os juízes e que houve distorções no que foi publicado pela imprensa. Segundo ele, de fato, havia um enunciado – entre os 125 aprovados na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada em 10 de outubro – formulado por uma juíza do Rio Grande do Sul com a seguinte ementa: A Lei 13.467/17 é ilegítima, no sentido formal e material, devendo ser integralmente rejeitada. Mas a parte final (devendo ser integralmente rejeitada) não foi aprovada.

“Esse enunciado acabou ganhando uma repercussão que eu considero indevida porque

o conceito do enunciado em si é muito mais político do que prático. Então, é muito mais uma reação de natureza política, pela forma como o texto foi aprovado, do que de cunho efetivo. Acho que nenhum juiz do trabalho, tirando eventualmente a própria juíza que fez a proposta, vai deixar de aplicar”, afirmou Boal. “Então, não há rebelião. A reforma será aplicada no que não confrontar com outras normas, como a Constituição.”

Ele disse que as jornadas ocorrem sempre que há novas leis ou alterações legislativas e são um meio de juízes, procuradores do Trabalho e advogados discutirem “se a lei é realmente aplicável e qual a melhor forma de aplicá-la”. “Esta foi uma reforma muito ampla, portanto, a discussão das novas regras é essencial.”

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

11 NOV 2017  
12 NOV 2017

O magistrado lembrou que nenhum juiz é obrigado a adotar, em seus julgamentos, qualquer dos enunciados aprovados na jornada, mas “eles dão um direcionamento porque a reforma é uma novidade que deve ser enfrentada”.

Apesar de nenhum enunciado rejeitar explicitamente a reforma, como explicou Boal, a posição geral dos juizes do Trabalho é de crítica. Primeiramente, porque tratou-se de uma reforma ampla e profunda realizada em pouco tempo, com discussão escassa. Em segundo lugar, há artigos claramente inconstitucionais, na avaliação do diretor da Anamatra.

Alguns deles são os que dispõem sobre o tabelamento do valor do dano moral e usa como parâmetro o salário do empregado que sofreu o dano. “É algo que não aplicarei porque afronta o artigo 5º da Constituição, que estabelece o princípio da igualdade”, disse. Outro ponto que gera dúvida entre os magistrados é o que limita a gratuidade da Justiça do Trabalho. “A nova lei obriga o trabalhador a pagar as custas para entrar com uma nova ação se o primeiro processo for arquivado; se perder a perícia, ele terá que pagar as custas independentemente de sua situação socioeconômica”, explicou. “Isso restringe sobremaneira o acesso do cidadão.”

Para o juiz, “a reforma foi feita como reação”. “Eu até entendo: há muitos pedidos de perícia equivocados ou (de doenças) que não existem. Mas eu entendo a situação do trabalhador porque muitas vezes ele não sabe se o problema de saúde está relacionado ao trabalho ou não. Acho que há dúvidas razoáveis e a cobrança vai realmente obstar o acesso.”

### OUTRO LADO

De acordo com o juiz Marlos Melek, considerado o “pai da reforma trabalhista”, num universo de 4.300 juizes do trabalho não mais que 230 magistrados da área trabalhista participaram no debate em outubro. “A jornada era um evento com viés pragmático, de crítica à reforma onde artigos favoráveis à reforma sequer foram lidos.”

O magistrado rebate a crítica de que o projeto aprovado no Congresso foi feito de forma atropelada, sem debate amplo. “Não foi no atropelo. Uma pessoa que diga que uma lei de 1940 que regula as relações do trabalho não precisaria ser reformada, é uma pessoa fora da realidade do mundo atual, de 2017.”

Sobre os pontos criticados pela Anamatra na legislação como o dano moral, Melek defendeu que não houve um tabelamento, mas sim parametrização. “A cada 10 ações trabalhistas, cerca de 6 a 7 pedem dano moral. São ações absurdas: algumas chegam a pedir 500 vezes o valor do salário do trabalhador.”

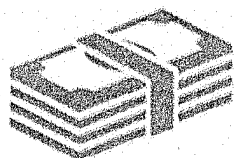
Ele considera que os exageros precisam ser reparados, por isso, a nova redação define que o dano moral poderá ser de dois salários para casos mais brandos e chegar até 50 vezes o salário contratual para os casos classificados como gravíssimos. “A justiça trabalhista brasileira não pode ser uma loteria”, completou.

Sobre o fim da gratuidade para trabalhadores que tiveram o processo arquivado, Melek alega que caso houver uma justificativa plausível (atestado médico, por exemplo) a audiência não será arquivada. “Você acha justo o trabalhador

propor a ação e simplesmente não aparecer, sem justificativa? Se for um microempresário na mesma situação o juiz considera revelia e dá ganho de causa ao empregado.” (Colaborou Guilherme Marconi)

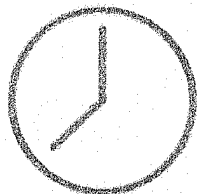
**CONTINUA**

## Confira alguns dos principais pontos da reforma trabalhista



### **DIREITOS GARANTIDOS**

Não podem ser alterados e nem negociados os direitos relativos ao pagamento do FGTS, o recebimento do salário-mínimo e 13º salário, seguro-desemprego, repouso semanal remunerado e as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, além das regras sobre a aposentadoria, salário-família, licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias, licença-paternidade, entre outras.



### **TEMPO DE PERCURSO NO TRANSPORTE E HORAS TRABALHADAS**

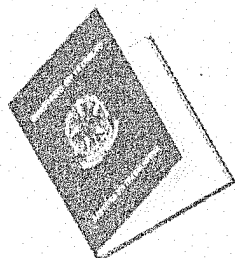
Pela Reforma Trabalhista, o tempo gasto pelo trabalhador no percurso para

se chegar ao local de trabalho ou no retorno para casa não poderá mais ser computado como parte da jornada de trabalho, independentemente do meio de transporte usado, mesmo o local de trabalho sendo de difícil acesso.



### **INTERVALO DE ALMOÇO**

O intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos. Se o empregador não conceder intervalo mínimo para almoço ou for parcial, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido em vez de todo o tempo de intervalo devido.



### **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

A contribuição sindical não será mais obrigatória. Agora, o pagamento será opcional.

### **REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO**

A nova regra prevê o aumento da multa por empregado não registrado pelo empresário para R\$ 3 mil. Nos casos de microempresa e empresa de pequeno porte a multa será de R\$ 800 por funcionário.

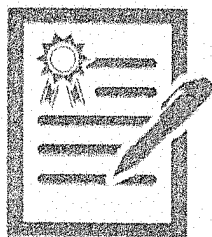


### **FÉRIAS**

Continua sendo de 30 dias anuais; entretanto, se houver acordo entre trabalhadores e empresários, pode ser dividida em até três vezes, desde que um dos períodos seja de 14 dias corridos e, os demais, cinco dias corridos.

### **AÇÕES NA JUSTIÇA**

A nova lei altera algumas regras para o ingresso de ação na Justiça do Trabalho. Por exemplo, limita valor a ser pleiteado pelo trabalhador, estabelecendo teto para alguns pedidos de indenização. Ofensas graves cometidas por empregadores devem ser de, no máximo, 50 vezes o último salário contratual de quem foi ofendido. O trabalhador também poderá ter que indenizar a empresa em caso de pedidos de má-fé ou negados pelo Judiciário.



### **DEMISSÃO CONSENSUAL**

Trabalhadores e empresas poderão optar pela demissão em comum acordo. Por esse novo mecanismo, a multa de 40% do FGTS será reduzida para 20%.

e o aviso prévio ficará restrito a 15 dias. Além disso, o trabalhador pode sacar somente 80% do Fundo de Garantia, mas perde o direito de receber o seguro-desemprego.



1 1 NOV 2017

1 2 NOV 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### MAZZA

#### Chavão

A senadora Gleisi Hoffmann, no STF, repetiu o chavão dos seus discursos dizendo que a Justiça está criminalizando a política. Fazer acordos com empreiteiras e a Petrobras pode ser político, mas em certas oportunidades se evidencia como um ato criminal, assalto, improbidade.

#### Rebellão

O motim na Penitenciária de Cascavel quase reproduz o cenário da ocorrência de quatro anos passados, aquela, é claro, que com efeitos mais devastadores em perdas de vida e prejuízos materiais. No mês passado, tivemos duas mortes na Penitenciária de Piraquara e outras nos distritos policiais superlotados. A inserção do Depem na Segurança está sendo duramente testada e, apesar do longo tempo de armistício nos presídios, o sistema não é garantia. O tom fora do ritmo foi a explosão verbal do governador em críticas ao Ministério Público e ao Judiciário. O governador se refere a exigências formalistas do Ministério Público em relação ao seu secretário de Segurança em episódios ocorridos em Maringá. Como o tom dessas relações é sempre cordial, a fala surpreendeu.

### MILITÃO

●● O que se fala em Brasília é que o STF tem 2.450 funcionários ativos e terceirizados. Além disso, tem 19 jornalistas, 25 bombeiros civis, 293 vigilantes, 24 copeiros, 27 garçons, 58 motoristas, 12 auxiliares para cuidar de crianças e oito auxiliares de saúde bucal! Além disso, 116 serventes para a limpeza em geral!

# FOLHA DE LONDRINA

**CLAUDIO HUMBERTO**

**Diplomata acusado de  
assédio suspenso por 60 dias**

**1 1 NOV 2017**

**1 2 NOV 2017**

O corregedor do Ministério das Relações Exteriores, Márcio Araújo Lage, determinou o afastamento por 60 dias do embaixador João Carlos Souza-Gomes, chefe da representação do Brasil junto à FAO, organismo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, com sede em Roma. Ele é investigado por assédio moral e sexual contra subordinadas. Souza-Gomes estava exercendo o cargo havia um ano.

## **Acusações graves**

O embaixador João Carlos Souza-Gomes foi denunciado por funcionárias da missão brasileira na FAO. Há até gravações.

## **Grana garantida**

Mesmo afastado, o embaixador continuará recebendo salários. Não fosse o abate-teto, limite de R\$ 33.700, chegaria a mais de R\$ 60 mil.

## **Aloysio ordenou**

A investigação contra Souza-Gomes foi determinada pessoalmente pelo ministro Aloysio Nunes, ao tomar conhecimento das denúncias.

## **Medida cautelar**

O corregedor do Itamaraty justificou o afastamento do embaixador como "medida cautelar", a fim de que não influa nas investigações.

## **Tancredo e a pneumonia**

A Câmara discutia em 1974 a cassação do deputado Francisco Pinto (MDB-BA), por suas críticas ao ditador Augusto Pinochet. Ernesto Geisel mandou o caso ao Supremo Tribunal Federal, que condenou Chico Pinto e a Mesa da Câmara o cassou, num episódio em que as instituições se comportaram vergonhosamente. Tancredo Neves ouviu um deputado da Arena argumentar que não foi o AI-5, mas o STF que o cassou. E contou numa história de sua São João Del Rey:

- Morreu o vizinho de um compadre meu. Um homem bom, trabalhador, honrado. Morreu de pneumonia, coitado. De madrugada, um parente dele chegou de viagem e perguntou à viúva: "Ele morreu de pneumonia simples ou dupla, Mariazinha?". "Simples", respondeu ela, chorando. E ele: "Ah! Ainda bem!".



13 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Recadastramento biométrico chega a 86,59%

## dos eleitores do PR

Segundo o TRE, meta de 2017,  
que era atingir 2,02 milhões de pessoas até 15  
de dezembro, já foi ultrapassada; na RML,  
30 mil eleitores podem ter título cancelado

Mariana Franco Ramos  
*Reportagem Local*

**Curitiba** – Mais de 6,78 milhões de paranaenses já fizeram o recadastramento biométrico, o que corresponde a 86,59% dos 7,83 milhões de eleitores aptos a votar no Estado. Os dados são da última quinta-feira (9) e foram repassados à FOLHA pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Conforme o órgão, a meta de 2017, que era chegar a 2,02 milhões de cidadãos até 15 de dezembro, foi ultrapassada, atingindo 108%, a menos de um mês para o fim do prazo. A expectativa é de que, nas eleições de outubro de 2018, a votação através de impressão digital aconteça nos 399 municípios do Paraná. Quem não participar da revisão pode ter o título cancelado.

Na RML (Região Metropolitana de Londrina), composta por 25 municípios, mais de 686 mil eleitores, dos 743,6 mil registrados, se cadastraram. O número equivale a aproximadamente 92% do total. Em 2017, onze cidades da RML passaram pelo processo de revisão e outras cin-

co ainda estão passando. Ao todo, 230 mil cidadãos fizeram a biometria neste ano. Apenas Pitangueiras, atendida por Astorga, e Primeiro de Maio ainda não estão usando o sistema.

De acordo com o analista judiciário Willian Gallera Garcia, da 146ª Zona Eleitoral, no momento a estimativa de cancelamentos de títulos é de nove mil. Contudo, com a finalização do procedimento em cidades maiores, como Ibiporã, que encerrou na sexta-feira (10), e Arapongas e Rolândia, que terminam na semana que vem (17), ele prevê que, se mantida a atual média diária de atendimentos, a região perderá outros 30 mil eleitores em novembro.

“Vale ressaltar que esses números de cancelamentos são meramente estimados e estão sujeitos a alteração, já que os números exatos dependem de homologação do TRE e processamento no cadastro informatizado de eleitores”, explicou. Até sexta-feira, Ibiporã e Jataizinho haviam cadastrado, respectivamente, 35.132 e 1.560 eleitores. Na primeira cidade, mais

de cinco mil pessoas que não compareceram poderão ter seus títulos cancelados, enquanto na segunda o número deve ficar próximo de 1,5 mil.

### COMO FUNCIONA

No dia do pleito, após a prévia apresentação dos documentos, a identidade do eleitor será confirmada. Se o mesário tiver dúvidas ou se a digital do eleitor não for reconhecida, ele terá à sua disposição a folha de votação com as fotos de todos os cadastrados daquela seção. Hoje, além de Primeiro de Maio, apenas Santo Antônio do Prado não tem kits para atendimento, por não dispor de fórum eleitoral próprio. De acordo com a assessoria de imprensa do TRE, entretanto, a questão será resolvida até a última fase, prevista para o segundo semestre do ano que vem.

**CONTINUA**

13 NOV 2017

# FOLHA DE LONDRINA

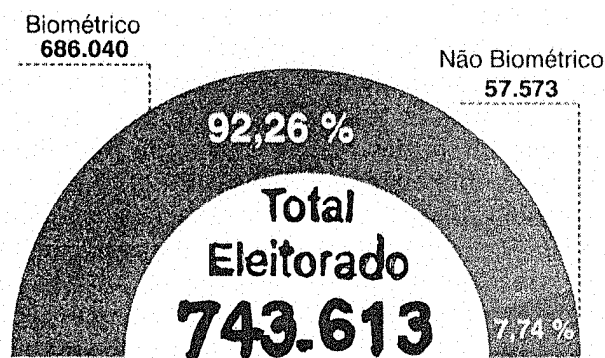
CONTINUAÇÃO

**SAIBA MAIS**

**Biometria na Região Metropolitana de Londrina**

CONTINUAÇÃO

Na prática, as demais cidades do Paraná possuem biometria. A diferença é que, nos locais onde o Tribunal realiza a revisão, esse recadastramento é obrigatório. Já nos outros o eleitor pode procurar a Justiça Eleitoral por conta própria e fazer o seu agendamento. Das 6,78 milhões de pessoas recadastradas, 5,7 milhões passaram pela revisão. Ainda conforme o TRE, a média de adesão nos municípios participantes tem ficado entre 85% e 90% do eleitorado. Como existe uma procura natural de jovens que desejam fazer o primeiro título, o órgão disse que, com a biometria, não houve redução substancial no número total de eleitores.



Cidades	Biométrico	Não Biométrico	Estimativa Cancelados 17
Londrina	358.57	-	-
Tamarana	8.058	-	-
Cente. do Sul	8.393	963	-
Lupionópolis	3.824	-	402
Porecatu	9.451	-	-
Florestópolis	8.699	-	-
Miraselva	1.687	-	-
Prado Ferreira	2.954	-	-
Jaguapitã	9.783	-	1.195
Guaraci	4.174	-	302
Bela V. Paraíso	11.898	-	1.273
Aivor. do Sul	6.637	-	870
Cambé	66.110	-	-
Pitangueiras	73	2.478	-
Rolândia	40.757	9.128	-
Arapongas	56.631	28.580	-
Sabáudia	4.585	1.422	-
Sertaneja	4.530	-	583
Uraí	8.143	-	900
Rancho Alegre	2.932	-	390
Ibiporã	36.132	5.966	-
Jataizinho	8.671	1.422	-
Assaí	11.965	-	1.498
Primeiro de Maio	0	8.577	-
Sertanópolis	12.374	-	1.468

13 NOV 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Homenagem a Fachin**

O governador Beto Richa participou da cerimônia de entrega da comenda Barão do Serro Azul 2017 ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. A homenagem é concedida pela Associação Comercial do Paraná (ACP) a personalidades com destaque nos meios econômicos e sociais que tenham contribuído para o crescimento e valorização empresarial do Paraná. A cerimônia aconteceu no Graciosa Country Club, em Curitiba.

13 NOV 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Itens da legislação trabalhista são questionados no STF

As novas regras da legislação trabalhista entraram em vigor no sábado (11) e parte dos itens é alvo de questionamentos em ações no Supremo Tribunal Federal (STF). Desde a sanção da lei, em julho, ao menos quatro ações passaram a tramitar na Corte para contestar pontos da nova legislação.

Os pontos questionados são as restrições à Justiça gratuita; fim da obrigatoriedade da contribuição sindical; comissão de representação; e trabalho intermitente. Para derrubar qualquer nova regra são necessários os votos de, pelo menos, seis dos 11 ministros da Corte. Ou seja, a maioria deverá considerar que a nova regra contraria os direitos assegurados na Constituição que visam a “melhoria da condição social” do trabalhador. ●

13 NOV 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Procurador responde pessoalmente por atuação profissional em ação regressiva**

Por só atuarem de maneira institucional, procuradores da República não podem estar pessoalmente no polo passivo de ações por perdas e danos. Eles só respondem pessoalmente em ações regressivas, e mesmo assim o dano e o nexo de causalidade com a conduta dele precisam estar comprovados.

Assim entendeu a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região ao negar recurso movido pelo Sindicato Rural de Ponta Porã (MS) em ação de indenização contra um procurador da República que atua em Mato Grosso do Sul. Na decisão, os desembargadores mantiveram a extinção da ação sem julgamento do mérito.

O sindicato pedia indenização de R\$ 500 por cada dano alegado na ação cometido contra cada membro da entidade. Segundo o pedido, o valor

serviria para compensar as “consequências que foram provocadas pela Recomendação 9/2010”.

Na recomendação, o procurador afirmou que a concessão de verbas públicas para empreendimentos privados desenvolvidos em áreas indígenas em Mato Grosso do Sul deveriam ser negados. Para o MPF, a concessão de financiamentos com recursos da União para a produção em terras indígenas por pessoas que não são índios, sem a edição de decreto presidencial, gera riscos ao Estado, comprometendo o patrimônio público.

Disse ainda que o próprio Estado, responsável por proteger os interesses indígenas, não pode atuar contra eles, concedendo financiamentos rurais que promoverão a descaracterização das terras indígenas em vias de demarcação definitiva.

13 NOV 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **PR: Cartórios emitem mais de mil escrituras e 430 registros de nascimento por dia**

O volume de serviços oferecidos pelos cartórios extrajudiciais é grande. Registro de nascimento, autenticação de documentos, emancipação, contratos, casamento, compra de imóveis, tudo isso faz parte da variada gama de atividades notariais e registrais e estão presentes ao longo da vida do cidadão. Em 2016, mais de 424 mil escrituras foram realizadas só nos Tabelionatos de Notas do estado, uma média de 1,1 mil por dia, apontam dados do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF).

Entre os atos mais lavrados estão as procurações, com mais de 170 mil registros, compra e venda de imóveis, com 118 mil, e declarações com pouco mais de 17 mil documentos. “É impossível imaginar um mundo sem tabeliães. O ser humano sempre vai precisar de alguém que escute suas demandas e o auxilie na busca de seus direitos”, declara o diretor de Notas

da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Cid Rocha.

Nos cartórios de Registro Civil, por exemplo, mais de 60 mil casamentos foram oficializados no Paraná e aproximadamente 157 mil registros de nascimento foram realizados, uma média de 465 atos por dia, segundo informações do Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen). Dada a importância desses serviços, que garantem celeridade, cidadania e segurança à população, desde 2007, o país comemora o Dia do Notário e do Registrador em 18 de novembro, instituído pela Lei nº 11.630.

Para a registradora e vice-presidente do Irpen, Elizabete Regina Vedovatto, “a classe notarial e registral é extremamente importante para o Brasil, muitas vezes atendendo as partes como fonte de informação.

11 NOV 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### TJ suspende projeto de venda de Interlagos

*Fabio Leite*

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu o processo de votação do projeto da gestão João Doria (PSDB) para privatizar o Autódromo de Interlagos, aprovado em primeiro turno pela Câmara Municipal da capital na quarta-feira. A ação foi proposta pelo vereador Mário Covas Neto, do mesmo partido do prefeito. Ainda cabe recurso.

Covas Neto entrou com um mandado de segurança na terça-feira, argumentando que a tramitação do projeto burlou o regimento interno da Câmara ao ir para o plenário da Casa sem antes passar pela reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida por ele. O projeto foi submetido ao congresso de comissões (reunião de vários colegiados da Casa feita em plenário para acelerar a votação) na quarta-feira, por decisão do presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), aliado do prefeito.

Acabou aprovado no mesmo dia pelo plenário, com 37 votos a favor. A votação nesta semana foi um pedido de Doria, que queria ver o projeto aprovado antes da corrida de Fórmula 1 amanhã. A Prefeitura informou que não se manifestará, pois não é parte na ação. A Câmara já recorreu, alegando estar "segura" de que o uso do congresso de comissões é "legal".

O prefeito espera arrecadar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 2,5 bilhões com o leilão do autódromo, a ser realizado pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) até abril de 2018. "Este será, provavelmente, o último Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 com o autódromo sob controle da Prefeitura", disse em um evento em outubro. O plano incluiu o Kartódromo Ayrton Senna. O Legislativo ainda precisará aprovar um Projeto de Intervenção Urbana (Piu), com as regras do que pode e o que não pode ser feito na área – o que só deve ser feito em 2018.

Até o início do próximo ano, a Secretaria de Desestatização deve reunir os Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) das empresas, que serão usados para elaborar a modelagem final. O projeto previa inicialmente a construção de residências de luxo, hotéis ou comércios no entorno do complexo, cuja área total é de cerca de 959 mil metros quadrados.

**Compromisso.** Entre as cláusulas incluídas no projeto de venda do complexo, que não poderão ser mudadas, está o compromisso do novo proprietário em manter o acordo firmado com a Fórmula 1, uma vez que o circuito de Interlagos tem contrato até o ano de 2020.

1 1 NOV 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

# Levantamento de MP sobre pai de Bretas causa mal-estar

Ministério Público diz que dados foram acessados porque o comerciante é locador de imóveis alugados pela instituição

Constança Rezende / RIO

A suspeita de um levantamento sobre a vida do juiz Marcelo Bretas, da 7.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal, responsável pelos processos da Lava Jato no Rio, provocou mal-estar entre a Justiça Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Depois da divulgação, pelo jornal *O Globo*, da informação de que o magistrado acreditaria estar sendo investigado por “policiais e até gente do MP”, a Procuradoria-Geral de Justiça confirmou ter levantado dados sobre o pai de Bretas. Ele seria locador de imóveis alugados pela instituição, e aquela seria uma checagem comercial de rotina, sem relação com o juiz.

Em nota, o Ministério Público informou que as pesquisas na base de dados do “Portal de Segurança da Secretaria de Segurança”, no ano de 2016, “bem como em nome das empresas das quais o referido senhor é sócio”, visavam a levantar informações para subsidiar “procedimento administrativo de locação, pelo Ministério Público do Estado, de imóveis de propriedade do pesquisado, situados no município de Queimados”.

Ainda de acordo com o comunicado, o Ministério Público aluga imóveis do pai do magistrado e, por isso, fez pesquisas legais e de rotina sobre ele. O órgão informou também que “tal procedimento é rotineiro no Ministério Público e se realiza em todas as contratações efetivadas pela instituição”.

### ● Rotina

“Tal procedimento (pesquisa de dados) é rotineiro e se realiza em todas as contratações efetivadas pela instituição.”

Ministério Público do Rio

EM NOTA OFICIAL

Em outro ofício enviado a Bretas, o procurador-geral de Justiça, José Eduardo Gussem, fala da “perplexidade” do Ministério Público com a informação sobre “a suposta participação de membro da instituição em investigações ilegais a respeito do magistrado e seus parentes”. Gussem também solicita o encaminhamento reservado de dados que possam ajudar na tomada de providências.

Bretas afirmou ao *Estado* que não atua nessa investigação. “Só posso confirmar que meu pai, de fato, aluga um imóvel para o Ministério Público do Rio de Janeiro, já há vários anos”, disse o magistrado.

**Dossiês.** Preso desde novembro do ano passado por determinação de Bretas e acusado formalmente em processos conduzidos pelo magistrado, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) foi apontado como suposto responsável pela pesquisa de informações que serviriam à confecção de dossiês contra o juiz, conforme reportagem da TV Globo.

O caso, segundo a reportagem, estaria sob investigação da Polícia Federal e envolveria um fundo milionário para financiamento das pesquisas clandestinas. A Polícia Civil também determinou a instauração de investigação sobre possível envolvimento de policiais no levantamento de da-

dos sobre Bretas no Sistema de Inteligência da instituição – ao qual só servidores têm acesso – com o intuito de abastecer “suposto dossiê”.

O que ainda não foi esclarecido é se há relação entre o caso dos supostos dossiês contra Bretas e o levantamento de informações realizado pelo Ministério Público estadual.

Cabral, em audiência na quarta-feira passada com Bretas, negou ao juiz ter ordenado a confecção de quaisquer dossiês. “Não é da minha índole. Isso foi feito contra mim maldosamente”, afirmou do depoimento. “Não tenho conhecimento, isso não está sob minha condução”, respondeu o juiz. A defesa do ex-governador atribuiu as informações a uma tentativa de criar “intriga” entre o peemedebista e o magistrado.

A Polícia Federal não se manifestou oficialmente sobre as investigações.



1 1 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

# Temer defende fundo eleitoral no Supremo

Em parecer encaminhado pela Presidência, AGU afirma que criação de reserva não vai afetar investimentos do governo em programas sociais

Ilvino Pires / BRASÍLIA

Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Michel Temer antecorrem, a Presidência da República defendeu a legalidade do Fundo Especial de Financiamento de Campanha estimado em R\$ 1,7 bilhão e composto por 30% dos recursos de emendas parlamentares.

O fundo, que valerá nas eleições de 2018, é questionado no Supremo em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) de autoria do Partido Social Liberal (PSL). O projeto que cria a reserva de recursos públicos foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidência no início de outubro como uma alternativa à proibição de financiamento empresarial, vetado pela Corte em 2015.

A relatora da ADI, ministra Rosa Weber, decidiu na semana passada submeter ao plenário da Corte o julgamento sobre o pedido e solicitou informações ao Planalto e ao Congresso.

A manifestação da Presidência, baseada em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), afirma que não houve ilegalidade na tramitação e não "há afronta à Constituição".

Um dos argumentos usados pelo PSL na ação contra a criação do fundo é uma reportagem do **Estado**, que apontou que o fundo provocará no Orçamento do ano que vem um "rombo" de ao menos R\$ 300 milhões. Para o PSL, há o potencial risco de danos aos direitos sociais dos cidadãos brasileiros, sobretudo nas áreas de saúde e educação, já que 30% dos recursos das emendas serão destinados para custear partidos e seus candidatos a partir do ano que vem. A

AGU rebate este argumento, afirmando que as emendas de bancada estadual de execução obrigatória não são necessariamente reservadas à saúde, à educação, à habitação e ao saneamento, segundo a AGU.

Segundo a AGU, a lei, "diversamente do que sugere o requerente (PSL), não determina o desfalque de recursos originalmente destinados à concretização de direitos e garantias fundamentais para a finalidade de custeamento de campanhas políticas". O texto enviado por Temer sustenta ainda que a ação do partido pedindo a suspensão do fundo eleitoral não consegue comprovar o alegado "dano aos direitos sociais dos cidadãos brasileiros". E diz que, se o Supremo conceder a liminar pedida na ação, levaria à "alteração do processo eleitoral a menos de um ano da data das eleições de 2018" e que isso feriria um trecho da Constituição que diz ser necessária segurança jurídica em eleições.

A AGU rebate a afirmação do PSL de que a única fonte de recursos públicos de um partido político deveria ser o Fundo Partidário.

A Câmara dos Deputados também enviou manifestação, de forma bastante resumida, dizendo que a tramitação do projeto de lei que deu origem à implantação do fundo "foi processado nesta Casa dentro dos estritos trâmites constitucionais e regimentais inerentes à espécie". O Senado até a publicação desta reportagem não havia enviado seu posicionamento sobre o tema.

1 1 NOV 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### **MP pede condenação de filhos de Paulo Maluf**

A Procuradoria da República em São Paulo pediu, em alegações finais, a condenação dos filhos do deputado Paulo Maluf (PP-SP), Flávio Maluf, Ligia Maluf Curi e Lina Maluf Alves da Silva, da ex-nora Jacqueline de Lourdes Coutinho Torres e da doleira Myrian Haber por lavagem de dinheiro. Eles são réus acusados de movimentar no exterior dinheiro desviado das obras da Avenida Água Espraiada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, na zona Sul de São Paulo, tocadas pela Mendes Júnior e pela OAS. As defesas dos citados negam a prática de atos ilícitos.

### **Força-tarefa no Rio é prorrogada por 6 meses**

O Tribunal Regional da 2.<sup>a</sup> Região prorrogou por mais 6 meses o trabalho da força-tarefa da Operação Lava Jato do Rio. A medida foi autorizada pelo presidente da Corte, o desembargador André Fontes. O pedido da continuação dos trabalhos foi feito pelo juiz federal Marcelo Bretas, que cuida dos processos da Lava Jato no Estado. Atualmente, o trabalho no Rio conta com a atuação de nove procuradores do Ministério Público Federal. A força-tarefa já trabalhou em 16 processos contra o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB).

### **Raquel se manifesta contra pedido de Geddel**

Em manifestação encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se posicionou contra pedido do ex-ministro Geddel Vieira Lima para ter acesso ao número do telefone que fez a ligação anônima que resultou na ação da Polícia Federal que apreendeu R\$ 51 milhões no “bunker” em Salvador atribuído a ele. O ministro Edson Fachin havia determinado que a procuradora-geral se pronunciasse sobre o caso.

### **Odebrecht teria pago US\$ 200 mi de propina**

Investigação em Andorra aponta que a Odebrecht pagou US\$ 200 milhões de propina a políticos, funcionários, empresários e laranjas de oito países da América Latina. As informações foram divulgadas ontem pelo jornal *El País*. Segundo a reportagem, a Odebrecht utilizava offshores para realizar os pagamentos, e funcionários da Banca Privada d'Andorra (BPA) criavam sociedades no Panamá para ocultar os verdadeiros titulares. O inquérito identificou mais de US\$ 200 milhões de pagamentos feitos somente por uma das offshores.

# O ESTADO DE S. PAULO

## ANÔNIMOS E 'FAMOSOS' SÃO ALVO NA 10ª VARA

Casos comuns e grandes operações convivem na seção especializada em crimes financeiros

### 10ª VARA JULGA DE POLÍTICO A CONTRABANDO

Especializada em casos de lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro, a 10.ª Vara da Justiça Federal em Brasília concentra não só grandes investigações contra políticos e empresários, mas também casos como clonagem de cartão e contrabando de cigarros.

Beatriz Bulla | BRASÍLIA

**N**a primeira sexta-feira de outubro, um executivo da cúpula do Grupo J&F esteve no 4.º andar do prédio da Justiça Federal em Brasília buscando informações sobre o bloqueio de bens da família do empresário Joesley Batista, na casa dos R\$ 60 milhões. Saiu de lá com os dados que queria, assessorado pelo advogado de um grande escritório. Na mesma semana, uma mulher chegou com a anotação "10.ª Vara" em um papel depois de descobrir que sua conta estava bloqueada por uma "dívida" de R\$ 20 mil feita em seu nome. Ela teve de buscar orientação gratuita na Defensoria Pública.

Do ex-presidente Fernando Collor à Lava Jato, a 10.ª

Vara Federal de Brasília é uma das duas que recebem processos criminais na capital do País e a única com especialização em lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes contra o sistema financeiro. A especialização, no entanto, não implica exclusividade. Em meio a grandes operações policiais, a vara continua a receber casos comuns.

Estão lá investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ex-ministros Guido Mantega (PT) e Geddel Vieira Lima (PMDB), o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o corretor Lúcio Funaro, apontado como operador do PMDB, além de empresários de J&F, Odebrecht, Bradesco, Gerdau e outras grandes empresas.

Mas até junho, o juiz Vallisney de Souza Oliveira, titular da 10.ª Vara, intercalava audiências de casos milionários com os de notas falsas, fraude em prova da Universidade de Brasília (UnB), clonagem de cartão de crédito e contrabando de cigarros. A pena mínima do crime de falsificação de moeda — um dos mais comuns e simples na 10.ª Vara — é o mesmo da lavagem: três anos de prisão.

**Antessala.** Vallisney é o terceiro a assumir a vara, que tem no histórico o julgamento do empresário PC Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Collor, a instrução de audiências do mensalão a pedido do Supremo Tribunal Federal e, agora, a condução de 34 operações — como a Zelotes, a Greenfield, Sépsis, Cui Bono? e partes da Lava Jato. Quem desce no 4.º andar da Justiça Federal e vira à direita encontra a antessala de Vallisney e do juiz-substituto, Ricardo Augusto Leite, repleta de criminalistas das maiores bancas aguardando um momento com os juízes.

“Por causa dos réus, que são políticos e empresários, estão vindo advogados dos grandes escritórios. Sai um advogado e já entra outro”, afirma Jefferson Carvalho Guedes, chefe de gabinete de Vallisney, que diz que em dias cheios o juiz recebe quase 20 advogados ligados aos casos de lavagem. Nos casos comuns, segundo Jefferson, “às vezes aparece a mãe, a esposa”.

Jefferson está na 10.ª Vara há quase 25 anos, tempo de sua criação. Desde a Zelotes, no entanto, sentiu a diferença no trabalho por causa da atuação da Polícia Federal e do Ministério Público com novos instrumentos de investigação. É na casa do chefe de gabinete, que vai com um Fusca 67 ao trabalho todos os dias, que os funcionários da 10.ª Vara se encontram para uma partida de futebol. Vallisney é presença garantida.

Quem vira à esquerda, na saída dos elevadores do 4.º andar, chega ao cartório da 10.ª Vara, onde, no balcão, se espremem advogados, réus e curiosos.

Diretor de secretaria, Jânio dos Santos diz que a complexidade das operações policiais exigiu mudanças na distribuição de tarefas. “Também exigiu, pelo reduzido número de servidores disponíveis na secretaria (são dez para tudo), investimento na capacitação do quadro e a busca de servidores com perfil mais ajustado ao ritmo”, disse.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2017

Com o acúmulo das grandes operações, ele convidou servidores de varas especializadas para compartilhar experiências. Uma delas foi Flávia Blanco, diretora de secretaria da 13.<sup>a</sup> de Curitiba, onde trabalha o juiz Sérgio Moro. A vara no Paraná é toda informatizada. “Em Brasília ainda tem a movimentação no balcão. No ‘eproc’ (*sistema eletrônico*) é um clique”, diz Flávia, sobre o entusiasmo dos servidores da 10.<sup>a</sup> Vara. Em Brasília, o processo é em papel.

Elisabete da Silva, a Bete, tem a mesa 01 do cartório da vara, de cara para o balcão e atende “muito mais” de 60 pessoas por dia – na sua própria conta. Tem os números dos processos na cabeça. “Se eu jogasse na loteria, jogaria os números dos processos”, se diverte.

As paredes do cartório da vara são forradas por estantes com 2,5 mil processos, empilhados em pastas etiquetadas. Cada pasta corresponde a um volume de 200 páginas. Só as alegações finais de uma das defesas na ação sobre suposta obstrução da Justiça contra Lula e o senador cassado Delcídio Amaral (sem partido-MS) têm quatro volumes.

Desde junho, Vallisney e Ricardo recebem só os casos especializados. Os demais foram encaminhados a um terceiro juiz, Jaime Travassos Sarinho, cedido para a Vara sobrecarregada.

Os dias mais cheios são os de depoimentos de “pessoas famosas”, como define Bete, falando de Lula. O petista prestou depoimento em março no prédio da Justiça Federal em Brasília – o seu primeiro em uma ação na Lava Jato.

As 29 cadeiras para o público disponíveis na sala de audiências são insuficientes em sessões de depoimentos de políticos. Nos seus primeiros meses de trabalho na 10.<sup>a</sup>, “doutor Jaime” conduz audiências menos concorridas – como a de Maria, da Cidade Estrutural, no Distrito Federal, representada pela Defensoria Pública. Presa em flagrante por descaminho, Maria vendia cigarros em sua casa, sem funcionários nem identificação de comércio. Estava deitada quando os policiais chegaram para o flagrante. O juiz aplicou o princípio da insignificância para liberá-la.

Jaime recebeu nesta semana a primeira denúncia elaborada pelo ex-procurador-geral Rodrigo Janot que envolvia o presidente Michel Temer. Depois que a Câmara barrou o andamento da acusação contra o peemedebista, o caso foi enviado para a Justiça Federal, que vai conduzir a acusação contra o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Como a primeira denúncia trata somente de corrupção, sem lavagem de dinheiro, foi distribuída ao terceiro juiz. Ficará nas mãos dele, entre casos de outras Marias, julgar o presidente se ele ficar sem o foro privilegiado ao deixar o Planalto.

12 NOV 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### **Bisturi e toga**

O STF deve discutir, no fim do mês, pauta cara à classe médica: a ação jurídica contra o programa Mais Médicos, criado por **Dilma**, que espera julgamento há mais de três anos.

A pauta já foi adiada em agosto e em setembro.

### **Bisturi e toga 2**

A classe brasileira bate sempre na tecla: não concorda que profissionais formados no exterior não precisem revalidar o diploma aqui. Sequer é necessária a tradução juramentada do canudo.

Um dos principais adversários dos médicos brasileiros é a Frente Nacional de Prefeitos – o programa alivia os cofres dos municípios.

11 NOV 2017  
12 NOV 2017

# GAZETA DO POVO

● PARTICIPAÇÃO

## Por que o brasileiro está descrente da democracia?

Somente 1% dos brasileiros acreditam viver em uma democracia plena. É o menor índice em toda a América Latina. Qual o caminho para reverter esse problema?

*Kelli Kadanus*

● Viver em uma democracia é difícil e dá trabalho, mas esse regime de governo ainda é considerado o melhor — ou o menos pior, quando comparado a todos os outros. Os brasileiros, em particular, não estão muito satisfeitos com a democracia e com seus representantes. É o que mostra uma pesquisa divulgada recentemente pelo Instituto Latinobarómetro, que mediu o índice de satisfação com a democracia como forma de governo em todos os países da América Latina. O Brasil se destaca — negativamente — na pesquisa, que mostra, por exemplo, que os venezuelanos estão mais satisfeitos com sua democracia que nós, brasileiros.

Para se ter uma ideia, apenas 1% dos brasileiros acreditam viver em uma democracia plena — é o menor índice em toda a América Latina. Na Venezuela, esse índice é de 8%. O Brasil também está na lanterna no ranking em outros dois quesitos: por aqui, 13% da população se diz satisfeita ou muito satisfeita com a democracia. Já que estamos comparando com os índices da Venezuela, por lá esse índice é de 22%. O Brasil também aparece em último lugar quando a pergunta é

“para quem se governa”: só 3% dos brasileiros acreditam que se governa para o bem do povo. Os outros 97% acham que grupos poderosos governam para o próprio bem em terras brasileiras.

Não é difícil entender as causas do desempenho brasileiro no levantamento. Fatores como o histórico brasileiro atrelado a governos ditatoriais, a má qualidade da representação dos governantes, a negação da política, denúncias de corrupção e a impopularidade do governo federal são apontados por especialistas ouvidos pela *Gazeta do Povo* como alguns dos motivos para o resultado da pesquisa do Latinobarómetro. As consequências dessa desilusão com a democracia é que preocupam e acendem um alerta. Mas, segundo os especialistas, ainda há luz no fim do túnel.

### As causas

Para o cientista político e coordenador do movimento Transparência Partidária, Marcelo Issa, o resultado da pesquisa é um retrato momentâneo da situação brasileira e tem data de validade: as eleições de 2018. “A gente vive um momento muito singular. A decepção, a

frustração é generalizada”, completa.

O coordenador da pós-graduação em Direito Constitucional e Democracia da Universidade Positivo, Eduardo Faria, aponta o histórico brasileiro como uma das causas do pouco apreço pela democracia. “O maior período democrático do Brasil é o atual. Em 500 anos de história o Brasil tem sempre um tom autoritário na política e não um espaço de política democrática”, diz.

“O Brasil historicamente na política teve duas ditaduras fortes. Não dá pra dizer que o brasileiro é um pessoal democrático”, concorda o cientista político da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Sérgio Praça.

Faria observa, ainda, que desde a redemocratização, na década de 80, o Brasil viu dois presidentes não concluírem seus mandatos, o que contribuiu para a percepção da qualidade da democracia no país. “Com a última ruptura que tivemos no ano passado, a sequência de decisões posteriores tomadas pela atual gestão são sequências de decisões impopulares. Não teve uma alternância para uma condição melhor. Isso afeta credibilidade da democracia”, explica.

Outro fator que pode contribuir para o baixo desempenho do Brasil na pesquisa são as manchetes nos jornais escancarando esquemas de corrupção, como a Lava Jato. Isso pode explicar, por exemplo, a percepção do brasileiro de que grupos poderosos governam para seu próprio bem, e não para o bem de todos. A Lava Jato, nesse aspecto, tem um papel fundamental.

**CONTINUA**

Integrante da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF), o procurador Roberson Pozzobon também aponta para uma crise de representatividade no Legislativo. “O que nós vemos hoje são uma série de pautas que não são representativas no Legislativo. Nós vemos, por exemplo, projetos de lei que têm a finalidade quase que declarada expressamente de gerar margens de fuga para alguns dos próprios representantes políticos hoje implicados em grandes operações de corrupção”, aponta.

“Acesso a informação tende a fazer o cidadão gostar menos do governo”, diz Praça. Ele concorda com a crise de representatividade apontada por Pozzobon. “A insatisfação pode ser não com a democracia, mas com a qualidade da representação. São duas coisas distintas”, explica.

### **Alerta amarelo**

A insatisfação com a democracia traz uma série de consequências para o país que acendem um sinal de alerta. Para os especialistas ouvidos, é importante para o Brasil tomar cuidado para não cair em armadilhas pelo caminho e acabar em mais um regime autoritário. Pesquisas recentes mostram que o brasileiro tem tendências a apoiar soluções autoritárias para a crise política e que parte significativa da população apoiaria uma intervenção militar, por exemplo.

Para Issa, existem dois aspectos importantes na política brasileira que se mesclam e ajudam a acender o alerta: o positivismo associado ao militarismo e o messianismo, ou seja, a expectati-

va de um “salvador da pátria” que venha resolver todos os problemas.

“Existe um risco que quando observado ao lado dessas características pode dar espaço a emergência de figuras populistas ou autoritárias que apresentam um discurso alinhado a essas expectativas”, completa.

Pozzobon faz o mesmo alerta. “Por mais que se busque uma solução do dia para a noite, uma solução milagrosa, ela não está em um salvador da pátria. Nós já tivemos esse dissabor, nós já enfrentamos e vimos no que resultou os caçadores de marajás”, diz o procurador, em referência ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

Faria destaca outra consequência da crise democrática pela qual passa o país. “No momento em que as pessoas não se identificam mais com as instituições políticas e se distanciam delas há uma perda de esperança e um ambiente de individualismo extremo. Estamos em guerra de todos contra todos, não tenho esperança no espaço público, então vou agir limitado ao meu interesse individual ou do grupo que estou conectado”, resume.

### **Negação da política**

Apesar da desilusão, um ponto importante é evitar a negação da política. “Não existe vácuo na política, as instituições existem e continuarão existindo. A descrença em relação à política, esse distanciamento da sociedade, vai permitir que determinados grupos ocupem esses espaços”, alerta Faria.

Para o cientista político da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer, as

chances do país entrar em um novo regime totalitário são muito remotas, mesmo com o pouco apreço dos brasileiros pela democracia atualmente. “Essa armadilha é perigosa, mas acredito que o Brasil não cai de novo”, analisa.

“Preocupam ao longo das manifestações de rua que nós vemos desde 2013, algumas manifestações pela intervenção militar dita como constitucional. Mas talvez isso seja mais um desabafo do que uma pretensão que se tenha efetivamente um regime autoritário”, diz Pozzobon.

### **Luz no fim do túnel**

O cenário pode não ser dos melhores e os brasileiros têm muitas armadilhas pelo caminho, mas há luz no fim do túnel. Essa é a avaliação dos especialistas ouvidos pela reportagem.

“Democracia é uma forma de governo complicada em que discordâncias profundas entre grupos políticos sociais e econômicos são expressadas e convivem. A democracia é muito difícil. Qual é a alternativa? Nenhuma”, resume Praça.

“O brasileiro tem enfrentado esses problemas dentro das regras do jogo democrático. E esse é o ponto ao qual eu creio que devemos manter a maior atenção. Temos problemas? Temos, mas a solução desses problemas, para que não se tornem problemas ainda maiores, deve se dar dentro das regras do jogo democrático”, ressalta Pozzobon.

Os especialistas apostam na reapropriação da política pelo cidadão e na maior participação para melhorar a qualidade da democracia no país.

**CONTINUA**

“Precisamos de uma retomada das discussões sobre política no espaço público e na sociedade e há um processo de longo e médio prazo de reapropriação das pessoas dessa esfera. É um processo lento e exige uma série de atores que iniciem um processo de diálogo”, opina Faria.

“Como você melhora a democracia? Tornando-a mais democrática ainda”, diz Praça. Para ele, é preciso apostar nas eleições de 2018, em novos partidos e novas figuras políticas para resolver a crise.

“Buscar estar bem informado sobre o que acontece, buscar participar. A solução passa por aí”, diz Issa. Para ele, o papel dos partidos políticos nesse cenário é fundamental. Por isso, o movimento Transparência Partidária defende reformas profundas nas legendas para proporcionar a adoção de práticas que permitam que os partidos se oxigenem, renovem suas lideranças e se tornem mais transparentes.

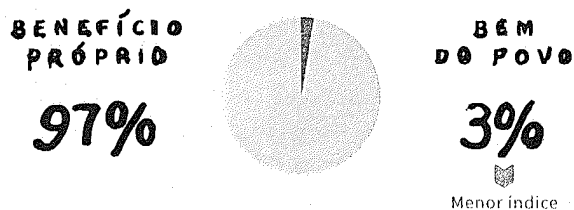
A receita de Pozzobon também passa por mais participação política e busca por informação. “Essa vocação de pessoas procurarem exercer de uma forma direta a democracia, participando de associações, de entidades, de ONGs, de grupos de discussão, de qualquer coisa, mas buscando participar e se conscientizar. Buscar mais informações é importantíssimo para o aperfeiçoamento do Brasil na luta contra a corrupção e também para todas as nossas outras mazes”, diz o procurador.

Issa ressalta, ainda, que já há inúmeras iniciativas que buscam a inovação e a renovação política na América Latina. “Muitos movimentos de insatisfação têm surgido, mas essa energia não está sendo desperdiçada. Tem muita gente que está buscando canalizar essa insa-

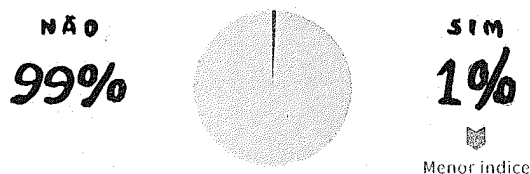
## PERCEÇÃO DA DEMOCRACIA

Para **97%** dos brasileiros, grupos poderosos governam em seu próprio benefício. Apenas **3%** da população acha que se governa para o bem do povo e **1%** acredita viver em uma democracia plena. Em pesquisa feita pelo Instituto Latinobarómetro, o Brasil tem o **menor índice** em vários rankings da América Latina. Confira os principais:

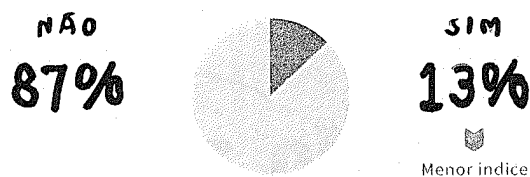
### Para quem se governa?



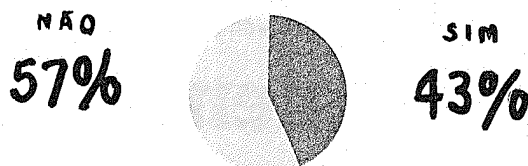
### Acredita viver uma democracia plena?



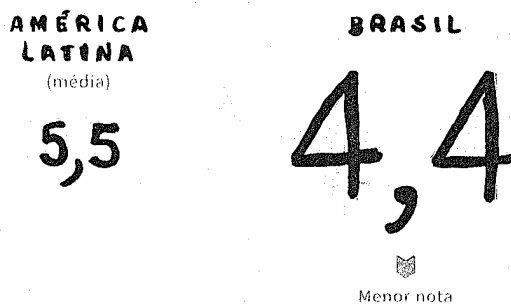
### Está satisfeito com a democracia?



### Apoia a democracia?



### Que nota atribui à democracia?



Fonte: Instituto Latinobarómetro. Infografia: Gazeta do Povo.

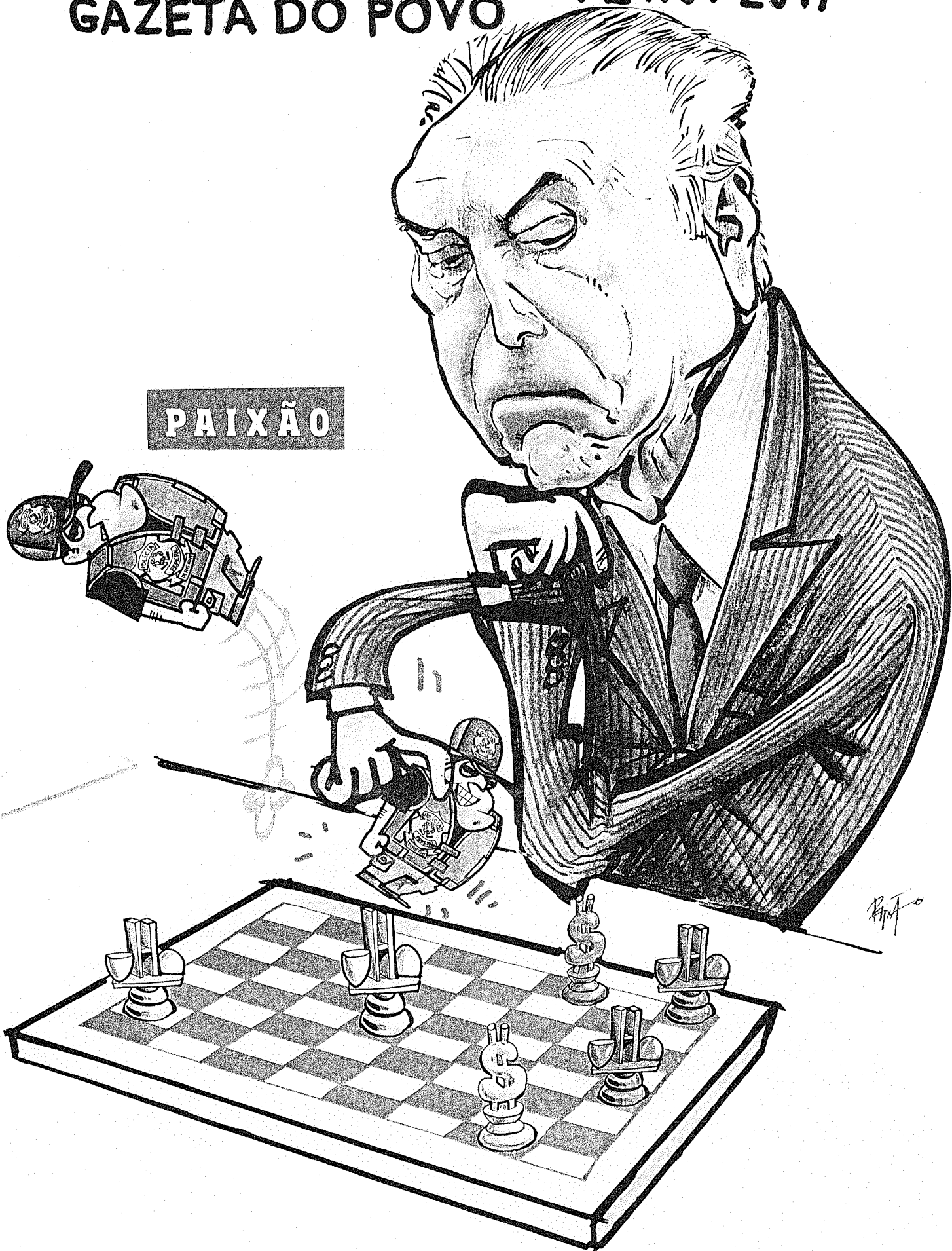
tisfação em busca de soluções, de aprimoramento da democracia”, avalia. “A democracia é um regime permanente de aprimoramento”, finaliza. ●



# GAZETA DO POVO

11 NOV 2017  
12 NOV 2017

PAIXÃO



13 NOV 2017

# BEMPARANÁ

## “Fake news” preocupa o TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, defende que a Justiça Eleitoral discuta com instituições públicas, especialistas da área e empresas de redes sociais formas efetivas de combater às notícias falsas, conhecidas como fake news, que são disseminadas na Internet no período eleitoral. “Nós quere-

mos achar um formato que vamos discutir com os colegas do TSE. De fato, o que nós queremos é fazer um monitoramento adequado dessa situação para que não estejamos prevenidos se vier a ocorrer coisa de maior gravidade”, afirmou.

O ministro acredita que o tema é de extrema importância devido ao impacto

que pode provocar nas eleições, a exemplo do que já ocorreu em outros países. As empresas de redes sociais se mostraram dispostas a atuar em parceria com a Justiça Eleitoral, uma vez que acreditam que esse será um dos maiores desafios para as eleições 2018.

“Estudamos a criação de um comitê mais amplos com especialistas e tudo

mais. Acontece que nessa área nós temos manipulações criminosas. Nós temos setores da inteligência que já dispõem de informações que acompanham situações as mais diversas ligadas às atividades criminosas. Surgiu um diálogo com o exercício que tem um departamento muito forte de tecnologia e de análise”, disse.

### Teto

Relator na comissão especial da Câmara que analisa o projeto que regulamenta o teto salarial dos servidores públicos, o deputado federal Rubens Bueno (PPS) voltou a defender a necessidade de se regulamentar as possibilidades de acúmulo de rendimentos além do limite do funcionalismo. A declaração foi dada em audiência pública para ouvir representantes de associações de juizes e de defensores públicos.

### Penduricalhos

Bueno lembrou que a Constituição prevê o acúmulo de atividade apenas para professores e médicos, mas a interpretação que vêm sendo feita tem deixado muito espaço para que isso seja estendido a outros segmentos do Poder Judiciário. “Temos que estancar esse processo. Hoje temos milhares de casos que ultrapassam o teto salarial fixado pela Constituição”, disse Rubens ao citar como exemplo o pagamento do auxílio-moradia e outros “penduricalhos”. “Tudo que estiver fora do teto nós temos que coibir definitivamente”, defendeu. Atualmente o teto do funcionalismo é o subsídio pago a ministros do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 33,7 mil.

### Auxílio-moradia

Rubens Bueno citou um estudo, realizado pela consultoria da Câmara, que apontou que as despesas do Judiciário com auxílio-moradia aumentaram mais de 10.000% nos últimos oito anos (2009-2016) e as do Ministério Público da União mais de 3.600%. “Qual a receita que acompanha um crescimento tão alto de um gasto desses?”, questionou o relator.